

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS DE IMPERATRIZ
CURSO DE JORNALISMO**

CLARA FERNANDA TELES NUNES

**ASSÉDIO NO MERCADO DE COMUNICAÇÃO:
A PERSPECTIVA DAS MULHERES EM IMPERATRIZ (MA)**

Imperatriz
2025

CLARA FERNANDA TELES NUNES

**ASSÉDIO NO MERCADO DE COMUNICAÇÃO:
A PERSPECTIVA DAS MULHERES EM IMPERATRIZ (MA)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo do Centro de Ciências de Imperatriz da Universidade Federal do Maranhão como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa Alvarenga

Imperatriz
2025

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Teles, Clara.

ASSÉDIO NO MERCADO DE COMUNICAÇÃO: A PERSPECTIVA DAS MULHERES EM
IMPERATRIZ MA / Clara Teles. - 2025.

72 f.

Orientador(a): Ricardo Alvarenga.

Curso de Jornalismo, Universidade Federal do Maranhão, Imperatriz,
2025.

1. Assédio. 2. Mulheres No Jornalismo. 3. Mercado de
Comunicação. 4. Imperatriz. 5. Violência Contra Mulheres. I.
Alvarenga, Ricardo. II. Título.

CLARA FERNANDA TELES NUNES

**ASSÉDIO NO MERCADO DE COMUNICAÇÃO:
A PERSPECTIVA DAS MULHERES EM IMPERATRIZ (MA)**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Curso de Jornalismo do
Centro de Ciências de Imperatriz da
Universidade Federal do Maranhão como
requisito parcial para obtenção do título de
Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Costa
Alvarenga

Aprovado em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Costa Alvarenga - UFMA
Orientador

Profa. Dra. Luciana da Silva Souza – UFMA
1º Examinadora

Profa. Me. Nathalia Cunha da Silva - SENACSP
2º Examinadora

*Dedico este trabalho a todas as jornalistas que
enfrentam essa área, mesmo com todos os
obstáculos que têm que passar.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à minha mãe, irmã, irmão, avó, madrinha e prima, por todo o apoio tido nos momentos em que estive produzindo esta monografia.

Agradeço aos meus amigos, principalmente a Elenir, por todos os momentos que passamos nos apoiando nas dificuldades e nos alegrando nas vitórias que tivemos durante todos esses anos.

Agradeço ainda a minha primeira orientadora, professora doutora Leila Sousa, que me trouxe para o mundo da pesquisa e dos estudos sobre mulheres, gênero e diversidade, resultando na ideia desta pesquisa que tanto foi almejada.

Agradeço a professora Luciana Souza, por todo apoio e palavras que me acolheu quando estava passando por dificuldades tanto acadêmicas quanto pessoais.

Por fim, agradeço ao meu orientador, professor doutor Ricardo Alvarenga, por se entregar nesta pesquisa e desafio junto comigo e me passar orientações e ideias geniais para que esta monografia pudesse ser finalizada da melhor maneira possível.

“Nós, mulheres, já temos o poder. Precisamos ter o direito de exercitá-lo.” (Glória Maria)

RESUMO

Estudo sobre o assédio sofrido por mulheres que atuam no mercado de comunicação na cidade de Imperatriz, no estado do Maranhão. A pesquisa tem por objetivo geral compreender como as mulheres que atuam no mercado de comunicação em Imperatriz (MA) vivenciam e enfrentam situações de assédio nos ambientes de trabalho, analisando as formas, consequências e os desafios que impactam suas trajetórias profissionais. O referencial teórico utilizado abrange estudos sobre a atuação das mulheres no mercado de trabalho, com foco específico no contexto do jornalismo e da comunicação, que discutem o assédio moral e sexual, as dinâmicas de gênero e as formas de resistência no ambiente de trabalho. A metodologia empregada prevê métodos quantitativos e qualitativos, com a revisão de literatura e a aplicação de questionário online às profissionais de comunicação de Imperatriz, abordando questões relacionadas ao assédio, suas formas de manifestação, consequências e estratégias de enfrentamento utilizadas pelas vítimas. A pesquisa revelou que o assédio é uma realidade presente tanto para mulheres com mais tempo no setor quanto para aquelas que estão iniciando suas carreiras, configurando-se como uma barreira estrutural que afeta não apenas a permanência dessas profissionais no mercado de trabalho, mas também sua saúde mental, autoestima e trajetória profissional. A falta de canais adequados de denúncia e a impunidade dos agressores agravam ainda mais o problema, levando muitas vítimas a optarem pela demissão como única forma de escapar da violência. Constatou-se que é fundamental a adoção de políticas institucionais mais eficazes, incluindo a criação de canais de denúncia, suporte psicológico para as vítimas e promoção de uma cultura organizacional inclusiva e igualitária.

Palavras-chave: Assédio, Mulheres no Jornalismo, Mercado de Comunicação, Imperatriz, Violência Contra Mulheres.

ABSTRACT

This is a Study on Harassment Experienced by Women Working in the Communication Market in the City of Imperatriz, Maranhão. This research aims to understand how women working in the communication market in Imperatriz (MA) experience and deal with harassment in the workplace, analyzing its forms, consequences, and the challenges that impact their professional trajectories. The theoretical framework includes studies on women's participation in the job market, with a specific focus on journalism and communication, that address moral and sexual harassment, gender dynamics, and forms of resistance in the workplace. The methodology combines quantitative and qualitative methods, including a literature review and an online questionnaire distributed to communication professionals in Imperatriz. The questionnaire explores harassment-related issues, its manifestations, consequences, and the coping strategies used by victims. The research revealed that harassment is a persistent reality for both experienced professionals and those just beginning their careers. It represents a structural barrier that affects not only women's permanence in the job market but also their mental health, self-esteem, and career development. The absence of proper reporting channels and the impunity of perpetrators further exacerbate the issue, often forcing victims to resign as the only way to escape the violence. The study concludes that adopting more effective institutional policies is crucial, including the creation of reporting channels, psychological support for victims, and the promotion of an inclusive and equitable organizational culture.

Keywords: Harassment, Women in Journalism, Communication Market, Imperatriz, Violence Against Women.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Faixa Etária das Participantes.....	39
Tabela 2 – Escolaridade das Participantes.....	40
Tabela 3 – Cargo Ocupado pelas Participantes.....	41
Tabela 4 – Raça das Participantes.....	42
Tabela 5: Já sofreu assédio no trabalho?.....	43
Tabela 6: Você considera a área jornalística machista?.....	43
Tabela 7: Sobre seu trabalho, você considera que é um ambiente acolhedor para o debate de questões relacionadas ao machismo?.....	44
Tabela 8: Termos utilizados em relatos.....	44
Tabela 9: Quem praticou o assédio?.....	45

LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário da pesquisa via google formulário.....	59
APÊNDICE B - Respostas obtidas.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABRAJI - Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

CF - Constituição Federal

CLT - Consolidação das Leis do Trabalho

CNJ - Conselho Nacional de Justiça

FENAJ - Federação Nacional dos Jornalistas

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

TRT - Tribunal Regional do Trabalho

LGBTs - Lésbica, Gays, Bissexuais, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pan, Não-binárias e mais

MA - Maranhão

OIT - Organização Internacional do Trabalho

SBT - Sistema Brasileiro de Televisão

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. HISTÓRICO DA INSERÇÃO FEMININA NO MUNDO DO TRABALHO.....	17
2.1 O Gênero Feminino e os empecilhos de atuar no Mercado.....	17
2.2 As Mulheres no Mercado de Trabalho.....	19
2.3 As Mulheres no Mercado da Comunicação.....	20
2.4 A presença da Mulher no Jornalismo e nas Mídias.....	22
3. ASSÉDIO E SUAS DIFERENTES FORMAS NO MERCADO DE TRABALHO.....	26
3.1 Definição de Assédio no Contexto Contemporâneo.....	26
3.2 Formas de manifestação do assédio no Mercado de Trabalho.....	28
3.3 O Assédio no Mercado de Comunicação.....	30
3.4 Desafios e Realidades sobre Assédio no Jornalismo.....	33
4. O ASSÉDIO CONTRA MULHERES NO MERCADO DE COMUNICAÇÃO EM IMPERATRIZ.....	36
4.1 O Mercado de Comunicação em Imperatriz.....	36
4.2 Pesquisa junto a Mulheres do Mercado de Comunicação em Imperatriz.....	38
4.3 Perfil das Mulheres Participantes.....	39
4.4 Formas como o Assédio Aconteceu.....	42
4.5 Consequências Relatadas pelas Mulheres.....	48
4.5.1 Fuga como mecanismo de Defesa.....	48
4.5.2 Silenciamento e Repressão Emocional.....	48
4.5.3 Baixa Autoestima e Insegurança Profissional.....	49
4.5.4 A Inversão da Punição: Vítimas Saem, Agressor(es) Ficam.....	49
4.6 Impactos Apontados.....	50
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	53
REFERÊNCIAS.....	56
APÊNDICES.....	59

1. INTRODUÇÃO

Este Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é resultado da pesquisa que trata do assédio contra mulheres no mercado de comunicação em Imperatriz (MA), cidade do interior do estado do Maranhão. O objetivo da pesquisa é compreender como as mulheres que atuam nesse mercado vivenciam e enfrentam situações de assédio nos ambientes de trabalho, com foco nas formas, consequências e estratégias de enfrentamento adotadas por essas profissionais.

O assédio em suas diversas formas, ainda presente em diversas profissões, representa um obstáculo significativo para o crescimento e a realização profissional das mulheres, especialmente em um setor tão influente quanto o da comunicação, que impacta diretamente a percepção pública sobre questões sociais, políticas e culturais. O mercado de comunicação abrange uma variedade de áreas, como jornalismo, publicidade, rádio, televisão e mídia digital, todas essenciais para a formação da opinião pública e a disseminação de informações.

Ao longo dos últimos anos, a presença das mulheres nesses campos se intensificou, com um número crescente de profissionais atuando em cargos de destaque, enfrentando desafios e abrindo caminho para futuras gerações. No entanto, apesar das conquistas no que tange à inserção feminina no mercado de comunicação, as mulheres ainda enfrentam inúmeras dificuldades, especialmente em relação ao assédio moral e sexual. Como destaca o Conselho Nacional do Ministério Público (2016), o assédio no ambiente de trabalho é uma violação da dignidade humana e dos direitos fundamentais ao trabalho e à saúde, afetando profundamente as vítimas, inclusive do ponto de vista psicológico e emocional (CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO, 2016).

O mercado de comunicação, como outros espaços profissionais, reflete práticas sexistas e machistas que persistem, mesmo com o aumento da presença feminina. Diante disso, o assédio continua a ser uma realidade vivida por muitas mulheres que, apesar de sua crescente participação no mercado de comunicação, enfrentam um ambiente hostil, que compromete seu bem-estar e suas carreiras.

O problema de pesquisa deste trabalho busca investigar como as mulheres que atuam no mercado de comunicação em Imperatriz (MA) experienciam o assédio no ambiente de trabalho. Para tanto, foi definido o seguinte enunciado interrogativo para a pesquisa: "As mulheres que atuam no mercado de comunicação em Imperatriz (MA) sofrem assédio? Se sim, de que tipo é esse assédio e quais são os impactos e as estratégias de enfrentamento utilizadas por elas?"

O foco desta pesquisa está em compreender as formas de assédio vividas pelas mulheres, incluindo o assédio sexual e moral, bem como os impactos dessas experiências nas suas trajetórias profissionais e pessoais. A pesquisa busca identificar as estratégias adotadas por essas mulheres para lidar com tais situações e oferecer um retrato das principais situações vivenciadas nas organizações de comunicação locais.

A justificativa para a realização deste estudo está embasada na relevância social e acadêmica da temática. O assédio contra as mulheres no mercado de comunicação tem implicações profundas não apenas para as vítimas, mas para a sociedade como um todo. Como destacado por Aparecida Sueli Carneiro (2019), as mulheres enfrentam múltiplas formas de exclusão e violência, seja pela condição de raça, classe ou sexo, e isso reflete diretamente em suas experiências profissionais, especialmente em um mercado tão visível e influente como o da comunicação.

No contexto de Imperatriz (MA), uma cidade que, embora tenha visto crescimento na presença feminina no mercado de trabalho, carece de estudos específicos sobre o assédio em seu mercado de comunicação, com registros limitados à dissertação de mestrado de Janaina Lopes de Amorim, intitulada “O corpo está no contrato? Estudo sobre as ocorrências de assédio sexual contra mulheres jornalistas nas redações de Imperatriz” (AMORIM, 2021). Assim, o presente trabalho se soma ao esforço reflexivo iniciado por Amorim (2021).

Portanto, para responder ao problema de pesquisa, foram estabelecidos os seguintes objetivos: geral: compreender como as mulheres que atuam no mercado de comunicação em Imperatriz (MA) vivenciam e enfrentam situações de assédio nos ambientes de trabalho, analisando as formas, consequências, os desafios e as estratégias de enfrentamento que impactam suas trajetórias profissionais; específicos: 1) Revisar os estudos sobre a atuação da mulher no mercado de comunicação, a partir de pesquisas acadêmicas, identificando lacunas e tendências na literatura; 2) Mapear o conceito e as formas pelas quais o assédio se apresenta no contexto da sociedade contemporânea, com recorte específico para profissionais do mercado de comunicação; 3) Identificar as principais formas de assédio vivenciadas por mulheres no mercado de comunicação em Imperatriz (MA), suas consequências, impactos e as estratégias de enfrentamento adotadas por essas profissionais.

Para alcançar tais objetivos foi assumido um referencial teórico que inclui estudos sobre gênero, assédio no ambiente de trabalho, poder nas relações profissionais e a inserção da mulher no mercado de comunicação. De forma, que será feita uma sistematização do conceito de assédio e suas formas, a partir dos estudos contemporâneos sobre violência de gênero no mercado de trabalho, com especial atenção às mulheres no jornalismo.

A metodologia adotada para este estudo é quantitativa e qualitativa, com a aplicação de um formulário online (Google Forms) para coletar dados e relatos de mulheres de forma anônima que atuam no mercado de comunicação em Imperatriz. Com base nas respostas das entrevistas e inspirada na Análise de Conteúdo, serão categorizados e apresentados os dados identificados, evidenciando as experiências vividas pelas mulheres e suas estratégias de enfrentamento do assédio. Além disso, a pesquisa se desenvolveu a partir da revisão de literatura sobre os temas de assédio e gênero no mercado de trabalho, especialmente em contextos de comunicação.

Os resultados alcançados pela pesquisa estão concretizados neste trabalho de conclusão de curso, em três sessões. Na primeira sessão, será apresentada uma síntese dos estudos sobre a atuação da mulher no mercado de comunicação. Na segunda sessão, teremos o embasamento conceitual sobre o assédio no ambiente de trabalho, com foco nas questões de gênero. Por fim, no terceiro capítulo, serão analisados os dados coletados, discutindo as principais formas de assédio identificadas, os impactos para as mulheres e as estratégias de enfrentamento utilizadas.

Com este estudo, espera-se contribuir para as pesquisas em comunicação, especialmente nas áreas de gênero e violência no ambiente de trabalho. A pesquisa visa não apenas ampliar a compreensão sobre a realidade das mulheres no mercado de comunicação de Imperatriz (MA), mas também fomentar a reflexão sobre práticas organizacionais mais inclusivas e justas, que promovam o respeito e a igualdade de gênero.

2. HISTÓRICO DA INSERÇÃO FEMININA NO MUNDO DO TRABALHO

O mercado de trabalho, ao longo da história, foi tradicionalmente um espaço predominantemente masculino, onde as mulheres encontraram muitas barreiras para sua inserção e ascensão profissional. A presença feminina, no entanto, começou a ser gradualmente reconhecida à medida que as transformações sociais, políticas e econômicas abriram novas possibilidades de atuação para as mulheres. Este capítulo tem como objetivo apresentar um histórico da inserção da mulher no mercado de trabalho, especificamente da comunicação.

O processo de inclusão das mulheres no mercado de trabalho é, na realidade, um reflexo de uma série de mudanças estruturais nas sociedades ocidentais, especialmente durante o século XX. O impacto das Guerras Mundiais, a revolução industrial e os movimentos sociais desempenharam papéis cruciais nesse processo. Ao longo do século passado, as mulheres foram gradualmente conquistando seu espaço no mercado de trabalho, embora na maioria das vezes em condições desiguais em relação aos homens.

Neste capítulo, a abordagem histórica da inserção feminina no mercado de trabalho será apresentada, evidenciando os principais marcos e momentos em que as mulheres foram ganhando espaço. A análise se baseará em diferentes períodos históricos, desde o início da industrialização até os dias atuais, contextualizando as mudanças políticas e sociais que influenciaram essas transformações. O processo de inserção da mulher no mercado de trabalho será abordado sob a ótica dos desafios enfrentados, das conquistas obtidas e das lacunas que ainda persistem, especialmente no que diz respeito à igualdade de oportunidades entre homens e mulheres.

2.1 O Gênero Feminino e os empecilhos de atuar no Mercado

O conceito de gênero é fundamental para entender as desigualdades históricas que marcam a atuação das mulheres no mercado de trabalho, especialmente no jornalismo. Flávia Millena Biroli Tokarski (2011) destaca que os estereótipos, que circulam nas instituições e na sociedade, não se limitam a discursos falados, mas se perpetuam por meio de interpretações e atitudes que moldam as práticas cotidianas, incluindo a atuação profissional das mulheres. Essa visão crítica é essencial para compreender como as mulheres são tratadas de forma desigual, especialmente em espaços tradicionalmente dominados por homens, como as redações jornalísticas.

De acordo com a Enciclopédia de Significados, o gênero refere-se aos "papéis sociais e comportamentos que culturalmente foram associados ao sexo biológico das pessoas". As

pesquisadoras Neiva Furlin e Mareli Eliane Graupe (1970) ressaltam que as desigualdades entre os sexos não têm origem biológica, mas sim cultural e histórica, o que reflete a construção social das diferenças entre homens e mulheres. Essas construções de gênero não são apenas conceitos abstratos, mas se materializam em práticas sociais e culturais, frequentemente limitando o espaço das mulheres no mercado de trabalho e nas instituições, como é o caso das redações jornalísticas.

A compreensão antropológica do conceito de gênero, como apresentada por Mirian Goldenberg (2004), é ainda mais esclarecedora: ele serve para “desnaturalizar os papéis e as identidades atribuídos ao homem e à mulher”. Dessa forma, a percepção de que o sexo define o gênero é desafiada, uma vez que o gênero é, na verdade, uma escolha cultural e um produto social e histórico, que, ao longo dos séculos, tem sido imposto e internalizado.

As desigualdades de gênero não se limitam ao passado, mas ainda se refletem no tratamento das mulheres no mercado de trabalho de hoje. Um exemplo claro disso pode ser observado nas entrevistas de emprego, onde as mulheres, mesmo quando competindo pelo mesmo cargo, enfrentam perguntas que não são feitas aos homens, como questões sobre a maternidade, a capacidade de conciliar trabalho e responsabilidades familiares, e até sobre a aparência.

Já os homens são questionados sobre suas habilidades e experiências profissionais, sem que seus papéis familiares sejam colocados em questão. Esse tipo de questionamento, baseado em estereótipos de gênero, perpetua a ideia de que a mulher deve ser, antes de tudo, esposa e mãe, enquanto o homem é visto como o provedor da família e o profissional competente.

A persistência dessas diferenças culturais e sociais, que atribuem papéis tradicionais de gênero, reflete-se diretamente nas estatísticas socioeconômicas e profissionais. No jornalismo, isso resulta em uma sub-representação das mulheres em cargos de liderança e em uma diferença salarial significativa, perpetuando um ciclo de desigualdade. As mulheres enfrentam a pressão de conciliar a "dupla jornada" de trabalho e, muitas vezes, são vistas como menos competentes ou comprometidas devido à percepção de que suas responsabilidades domésticas interferem no seu desempenho profissional.

Este cenário não é apenas uma questão de justiça social, mas também de transformação cultural. Para que o mercado de trabalho brasileiro evolua para um espaço mais inclusivo e equitativo, é fundamental que as mulheres tenham as mesmas oportunidades que os homens para ocupar cargos de liderança e para influenciar nas dinâmicas organizacionais.

A luta contra os estereótipos de gênero é, portanto, um passo crucial para a construção de um mercado de trabalho mais diverso e representativo.

2.2 As Mulheres no Mercado de Trabalho

A inserção das mulheres no mercado de trabalho foi um processo gradual ao longo dos séculos, com marcos importantes no século XX. Durante as Guerras Mundiais, as mulheres começaram a ocupar posições antes dominadas por homens, devido à escassez de mão-de-obra masculina. Esse período histórico foi decisivo, pois forçou uma mudança nas normas de trabalho e proporcionou visibilidade à atuação feminina na esfera produtiva. As mulheres, então, assumiram cargos de operárias, telefonistas e outras funções essenciais, mas em sua maioria com salários menores e em postos de trabalho menos valorizados (PROBST, 2007). A participação feminina, embora ainda limitada, começou a desafiar as barreiras sociais e culturais que antes as excluía de muitos campos de atuação.

O avanço da participação feminina no mercado de trabalho, no entanto, não foi um processo linear. Ao longo do tempo, as mulheres enfrentaram um sistema profundamente estruturado em valores patriarcais, que dificultam sua inserção em cargos de poder e decisão. Foi a partir do fortalecimento dos movimentos feministas, especialmente na década de 1930, com a conquista do voto feminino no Brasil por meio do Decreto 21.076, assinado pelo presidente Getúlio Vargas em 1932, e também na década de 1940, com a instituição da licença-maternidade para mulheres trabalhadoras sob o regime da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), que as mulheres passaram a ter mais direitos garantidos.

A luta das mulheres pela inclusão no mercado de trabalho não pode ser entendida sem considerar o contexto social e político em que se insere. A crescente organização das mulheres, especialmente a partir dos anos 1960 e 1970, foi fundamental para que conquistas históricas acontecessem. Durante essas décadas, movimentos feministas começaram a pressionar por mudanças na legislação e nas práticas sociais, buscando garantir à mulher os mesmos direitos e oportunidades que os homens.

A reivindicação pelo direito ao voto feminino, pela criação de políticas públicas de proteção à maternidade e pelo fim das restrições legais ao trabalho da mulher foram algumas das bandeiras de luta que marcaram essa época. Esses movimentos contribuíram para a emergência de novas leis trabalhistas, como a Lei do Voto Feminino, e para uma maior conscientização sobre os direitos das mulheres na sociedade brasileira.

No Brasil foi na Constituição de 1988, que se estabeleceu a igualdade de direitos entre homens e mulheres no trabalho, representando um marco significativo na história das

mulheres no país, pois possibilitou as condições para uma transformação nas leis trabalhistas e ampliando os direitos das trabalhadoras no país. “A entrada da mulher no mercado de trabalho não se dá apenas na condição de empregada. Ela também é empregadora e empreendedora” (BRASIL, CF, 1988).

Embora tenha havido progressos importantes, as mulheres continuam enfrentando desafios significativos, especialmente no que diz respeito à igualdade salarial e à ascensão profissional. A disparidade de rendimentos, com as mulheres ganhando em média apenas 72,3% do rendimento dos homens (IBGE, 2012), reflete uma desigualdade persistente no mercado de trabalho. Porém, após décadas de luta e conquista de direitos, as mulheres ainda são confrontadas com práticas discriminatórias, o que torna necessária uma atenção constante para a construção de um mercado de trabalho mais inclusivo e justo.

No entanto, as conquistas legais não se traduzem imediatamente em igualdade nas condições de trabalho. Apesar de as mulheres terem conquistado o direito de trabalhar em pé de igualdade com os homens, elas ainda enfrentam barreiras culturais e estruturais que dificultam sua ascensão profissional e a igualdade de remuneração. A disparidade salarial é uma das mais evidentes, com as mulheres ganhando, em média, menos do que os homens em todos os setores da economia, como evidenciado pela pesquisa do IBGE (2012).

Este quadro demonstra que, embora as mulheres tenham conquistado direitos formais de igualdade, a luta pela igualdade real no mercado de trabalho continua sendo um desafio. As políticas públicas ainda precisam se alinhar de maneira mais eficaz à promoção de equidade entre os sexos, combatendo a discriminação e criando um ambiente de trabalho mais inclusivo para as mulheres.

O contexto político e social, portanto, desempenha um papel crucial na trajetória das mulheres no mercado de trabalho. A luta pelas suas conquistas não se limita à batalha por direitos legais, mas envolve uma transformação profunda nas mentalidades, estruturas sociais e nos próprios paradigmas culturais que moldam as relações de poder. Para que a inclusão das mulheres no mercado de trabalho seja plena e efetiva, é necessário que as políticas públicas evoluam constantemente, com o apoio da sociedade e do Estado, para garantir que as mulheres tenham acesso igualitário às mesmas oportunidades de crescimento e valorização no ambiente profissional.

2.3 As Mulheres no Mercado da Comunicação

As primeiras referências sobre a presença feminina no jornalismo remontam à segunda metade do século XVII, mas foi no século XIX que surgiram os primeiros veículos com características editoriais voltadas para o público feminino. Marli dos Santos e Ana Carolina Rocha Pessôa Temer observam que esses veículos se dividiram principalmente em duas vertentes: "a que abrange os veículos impressos que tratavam de moda e outra que abordava o feminismo" (Santos & Temer, 2016, p. 37). A imprensa feminina, que floresceu no contexto da Revolução Francesa, tornou-se uma importante porta-voz das ideias feministas e da luta pela emancipação das mulheres.

Desde os primeiros anos de inserção das mulheres no jornalismo, elas enfrentam um mercado de trabalho majoritariamente masculino, o que tem exigido delas grande criatividade e estratégias inovadoras para garantir sua visibilidade. A utilização de disfarces, como as chamadas "stunt girls", foi uma dessas estratégias, que garantiu "a evidência às mulheres nas redações em um espaço profissional majoritariamente masculino" (Santos & Temer, 2016, p. 38). Essas mulheres, muitas vezes, se disfarçavam para obter informações e realizar coberturas, demonstrando uma ousadia que desafiava as normas da época.

Neste sentido, é possível constatar que o mercado de comunicação, historicamente dominado por um modelo masculino, refletia os padrões sociais e culturais de uma sociedade que, por muito tempo, marginalizou a presença feminina em áreas de poder e tomada de decisão. No Brasil, até a década de 1930, o jornalismo era um campo predominantemente masculino. As mulheres, quando presentes nas redações, eram alocadas em funções subalternas, como telefonistas, faxineiras ou responsáveis por fazer café, sem a possibilidade de atuar em cargos de decisão ou liderança.

Historicamente, as mulheres no jornalismo enfrentaram uma realidade de invisibilidade e subordinação, como revela a experiência descrita por Ribeiro (1998), que narra como as redações jornalísticas, especialmente nas décadas de 1930, eram ambientes majoritariamente masculinos:

Nem havia banheiro feminino. No Estadão, à noite, quando fervia o trabalho jornalístico, as mulheres não eram aceitas nem na mesa telefônica. Havia mulheres como telefonistas, mas só durante o dia. À noite, um homem é que operava. Mulher podia ser telefonista, faxineira ou servir para fazer o café: circulava na área de serviço (Ribeiro, 1998, p. 31).

Esse relato demonstra como as mulheres eram limitadas a funções subalternas, reforçando a ideia de que o espaço profissional no jornalismo era, e muitas vezes ainda é visto como pertencente aos homens. Esse cenário reflete a visão de que as mulheres não possuíam a

objetividade ou a "dureza" necessárias para reportar acontecimentos de relevância social e política (Nathália Cunha, 2017).

A inserção da mulher no mercado de comunicação foi, portanto, uma luta contra o estereótipo culturalmente enraizado de que seu papel seria restrito ao ambiente doméstico. A atribuição de características como "fraqueza" ou "falta de capacidade para tarefas racionais" estava presente nas práticas discriminatórias e nos estigmas da época. As mulheres no jornalismo se viam frequentemente alocadas em posições subalternas, onde sua autonomia era limitada e suas influências nas decisões editoriais mais importantes eram minimizadas. Essas barreiras foram enfrentadas gradualmente, mas a luta pela igualdade no jornalismo, assim como em outros setores, segue em curso, pois a sociedade ainda carrega marcas solidas de um patriarcado estrutural.

Com o decorrer dos anos, as mulheres foram conquistando espaços e começaram a ocupar posições de destaque, tanto nas redações quanto na direção de veículos de comunicação. De acordo com dados do Ministério do Trabalho (2006), as mulheres já representavam 52% das vagas de jornalista no Brasil naquele ano. Esse crescimento da participação feminina no mercado de comunicação reflete uma transformação importante na sociedade e nas relações de gênero.

A valorização dessa presença, no entanto, ainda é um desafio, já que o machismo, o sexismo e o assédio ainda marcam o ambiente de trabalho das mulheres em todos os campos de atuação profissional. Mesmo com a crescente presença de mulheres nas redações, a estrutura de poder e a hierarquia masculina continuam a influenciar a forma como as mulheres são tratadas e reconhecidas nas organizações jornalísticas. Para que a igualdade de gênero seja efetivamente alcançada no mercado da comunicação, é necessário continuar a luta para garantir não só a presença das mulheres, mas também o seu pleno reconhecimento e valorização em todas as esferas desse campo (Vecchio-Lima; Souza, 2017).

2.4 A presença da Mulher no Jornalismo e nas Mídias

A presença das mulheres no jornalismo e nas mídias reflete as transformações históricas do poder e do controle social, aspectos que, ao longo do tempo, foram fundamentais para a inserção feminina neste campo. Como já mencionamos historicamente, o jornalismo, como outros setores profissionais, foi dominado por um modelo de poder normativo que, por muito tempo, restringiu o acesso das mulheres a posições de destaque.

Esse controle, exercido por uma estrutura de poder que naturalizava as diferenças de gênero, limitava a presença feminina nas áreas consideradas de maior prestígio. Tal divisão refletia um entendimento de que o jornalismo, assim como outros espaços de poder, era um território masculino, onde as mulheres eram vistas como "inadequadas" para tratar de assuntos mais "objetivos" ou "racionais" (Cunha, 2017, p. 22).

Porém, nos últimos anos, essa estrutura começou a ser desafiada, especialmente com o avanço do movimento feminista, que ao longo das décadas, lutou pela construção de novas formas de inserção das mulheres no mercado de comunicação. As mulheres no jornalismo passaram a conquistar espaços mais significativos, não só como profissionais de redação, mas também assumindo funções de liderança, direção e gestão nas redações e em empresas de mídia.

No entanto, a luta pela igualdade no campo do jornalismo continua, já que as mulheres ainda enfrentam barreiras relacionadas ao machismo e à sexualização no ambiente de trabalho. Como apontado por Cunha (2017, p. 20), o gênero, enquanto construção sociocultural, está em constante disputa, e as mulheres no jornalismo ainda precisam negociar seu lugar e sua visibilidade dentro de um campo marcado por hierarquias que privilegiam os homens.

A sexualização e o sexismo no jornalismo são exemplos claros das dinâmicas de poder que regem a profissão, um campo em que as mulheres, embora tenham conquistado visibilidade, ainda enfrentam discriminação de gênero. A normatização dos corpos e das identidades, especialmente o controle sobre a sexualidade feminina, ainda está presente nos ambientes de trabalho, desde as entrevistas de emprego até o tratamento nas redações, com questões sobre aparência e capacidade materna frequentemente sendo colocadas em pauta (Cunha, 2017, p. 23).

Embora as mulheres tenham conquistado um papel cada vez mais significativo no jornalismo, as desigualdades de gênero persistem, especialmente em cargos de liderança. Como menciona Heckman (2013, p. 36, apud Santos; Temer, 2016, p. 39), "apesar de mais de duas décadas de intenso foco na diversificação dos profissionais que atuam na imprensa americana, a maioria das empresas jornalísticas modernas permanece predominantemente brancas e masculinas". Esse cenário reflete as barreiras ainda existentes para as mulheres no jornalismo, principalmente quando se trata de ascensão a cargos de chefia e de uma cobertura jornalística mais prestigiada.

Porém, a luta das mulheres para conquistar um espaço nas redações, apesar das barreiras sociais, culturais e profissionais, tem sido marcada por estratégias de adaptação e

resistência. As disparidades de gênero e a sub-representação das mulheres em cargos de liderança e decisões editoriais ainda são questões prementes que exigem um esforço contínuo para garantir um jornalismo mais inclusivo e equitativo.

No entanto, esse contexto também abriu espaço para a emergência de contra-discursos e reações das próprias mulheres, que, ao longo do tempo, têm quebrado esses estigmas e conquistado espaços no mercado de comunicação. Essas mulheres não apenas desafiaram a estrutura de poder presentes, mas também influenciaram mudanças sociais e culturais, construindo novas formas de produzir e consumir informação, demonstrando o impacto da presença feminina na comunicação e como essa presença pode ser um catalisador de transformações em uma sociedade historicamente dominada por padrões masculinos.

3. ASSÉDIO E SUAS DIFERENTES FORMAS NO MERCADO DE TRABALHO

O assédio no ambiente de trabalho é uma questão multifacetada que tem ganhado crescente atenção nas últimas décadas. Em sua definição mais ampla, o assédio envolve comportamentos e práticas repetitivas ou ameaças de tais comportamentos, com o objetivo de submeter a vítima a situações de humilhação, constrangimento ou sofrimento, seja físico, psicológico ou emocional.

A violência de gênero, por exemplo, assume uma forma particular no contexto laboral, seja no assédio moral, sexual ou outras manifestações que se configuram como abusos de poder. Essas práticas têm impacto não apenas na saúde mental e física das vítimas, mas também na dinâmica organizacional, afetando a produtividade, o clima no ambiente de trabalho e, muitas vezes, a própria identidade profissional dos trabalhadores.

No mercado de trabalho, as formas de assédio são variadas, refletindo as complexas relações de poder e as desigualdades estruturais que ainda permeiam as dinâmicas profissionais. No contexto do jornalismo, por exemplo, o assédio se manifesta em episódios de assédio moral e sexual, que afetam de maneira específica as mulheres, mas também podem envolver questões relacionadas à raça, classe social e orientação sexual.

As jornalistas, em particular, enfrentam desafios adicionais para ascender profissionalmente, sendo frequentemente alvo de discriminação, assédio sexual e pressões para atender padrões de beleza e comportamento. Além disso, o mercado de comunicação, que historicamente tem sido dominado por homens, ainda lida com um sistema de hierarquias que muitas vezes negligencia as denúncias de assédio ou não cria mecanismos eficazes para a denúncia e punição dos agressores.

Este capítulo irá explorar essas dimensões do assédio, focando nas diferentes formas de sua manifestação, nos desafios enfrentados pelas jornalistas, e como o mercado de comunicação precisa se transformar para garantir um ambiente mais seguro e igualitário para todas as profissionais.

3.1 Definição de Assédio no Contexto Contemporâneo

O assédio, em sua definição mais ampla, refere-se a comportamentos repetitivos ou ameaças de comportamentos indesejados que visam prejudicar ou submeter uma pessoa a situações humilhantes ou desconfortáveis. Esses comportamentos podem assumir diversas

formas, como assédio moral, sexual, psicológico, entre outros tipos de abusos no ambiente de trabalho.

Como apontado por Juliana Vieira (ANO), "somente no ano de 1990 é que as discussões sobre assédio sexual começaram a ganhar atenção, sendo considerado válido apenas quando a vítima ocupava uma posição inferior ao assediador". Embora tenham se passado mais de 30 anos desde então, o assédio ainda não recebe a devida atenção que sua gravidade exige.

De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2022, o Brasil registrou 6.114 casos de assédio sexual, ou seja, uma ocorrência a cada uma hora e 25 minutos. Em comparação com 2021, houve um aumento de 49,7% nesses crimes. Vale destacar que esses dados se referem apenas ao assédio sexual, não contabilizando outras formas de abuso como assédio moral, assédio moral no ambiente de trabalho, assédio eleitoral, microagressões e assédio moral organizacional.

A Organização Internacional do Trabalho (OIT), em sua Convenção nº 190 de 2019, define assédio como "um conjunto de comportamentos e práticas inaceitáveis, ou ameaças de tais comportamentos, que objetivam causar ou são suscetíveis de causar danos físicos, psicológicos, sexuais ou econômicos" (OIT, 2019). O assédio pode ter sérios impactos na saúde mental e física das vítimas, além de prejudicar o ambiente de trabalho, afetando a produtividade e o clima organizacional.

Além disso, a OIT enfatiza que o assédio pode se manifestar tanto uma única vez quanto de forma repetitiva. Esta flexibilidade na definição é importante, pois reconhece que o impacto do assédio pode ser tanto imediato quanto duradouro, podendo se estender por longos períodos e ter consequências devastadoras para o bem-estar da vítima. Por exemplo, um episódio isolado de assédio sexual pode ser profundamente prejudicial à saúde emocional de uma vítima, enquanto o assédio moral contínuo pode causar danos psicológicos duradouros e deterioração da autoestima.

Historicamente, o assédio no ambiente de trabalho tem sido uma questão frequentemente negligenciada, sendo mais visível nos últimos anos com a crescente conscientização e a implementação de políticas públicas para o combate a abusos e violência no ambiente profissional.

A partir do século XIX, com o avanço dos direitos das mulheres e a luta contra a discriminação no trabalho, começaram a ser discutidos os impactos do assédio no ambiente de trabalho. No entanto, foi apenas nas últimas décadas que esse problema passou a ser formalmente reconhecido, com a criação de legislações e regulamentações específicas, como

a Convenção nº 190 de 2019 da OIT, para erradicar a violência e o assédio no trabalho e garantir um ambiente seguro e saudável para todos os trabalhadores.

Essa evolução legal representa um esforço global para proteger os trabalhadores, especialmente as mulheres, das formas mais insidiosas de violência e assédio no trabalho, reconhecendo os impactos negativos não apenas nas condições de trabalho, mas também na saúde mental e física das vítimas. A definição de assédio presente na convenção visa criar um padrão global para o tratamento desses casos, incentivando os países a adotar políticas públicas que garantam ambientes de trabalho respeitosos e inclusivos.

No Brasil, a legislação também tem avançado no combate ao assédio, com a criação de normas que visam proteger as vítimas e responsabilizar os agressores. O Código Penal Brasileiro, por exemplo, tipifica o assédio sexual no ambiente de trabalho como um crime (art. 216-A), enquanto a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) estabelece parâmetros para a proteção do trabalhador contra abusos no ambiente de trabalho. Tais avanços legais têm sido importantes, mas ainda há desafios na implementação eficaz dessas leis, especialmente nas indústrias e áreas de trabalho onde o assédio é mais prevalente.

A evolução do conceito de assédio e as leis que o cercam refletem uma mudança cultural significativa no entendimento das dinâmicas de poder e violência no ambiente de trabalho. Com o fortalecimento das legislações internacionais e nacionais, há uma crescente conscientização de que as vítimas de assédio merecem não apenas proteção legal, mas também um ambiente de trabalho que promova o respeito, a dignidade e a igualdade.

3.2 Formas de manifestação do assédio no Mercado de Trabalho

O assédio no ambiente de trabalho pode se manifestar de diversas formas, sendo as mais comuns o assédio moral e o assédio sexual. Segundo a Cartilha sobre as Diversas Formas de Assédio do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6, 2023), essas manifestações prejudicam não só a saúde física e psicológica da vítima, mas também afetam o clima organizacional, tornando o ambiente de trabalho tóxico e desestimulante.

O assédio moral é caracterizado por comportamentos e atitudes abusivas que visam degradar a dignidade da vítima, causando-lhe sofrimento psicológico e emocional. Esse tipo de assédio pode ocorrer de diversas formas, incluindo críticas excessivas, humilhação pública, desvalorização do trabalho realizado e imposição de tarefas desproporcionais ou humilhantes.

De acordo com o TRT6 (2023), o assédio moral pode ocorrer em diferentes dinâmicas de poder, como em relações verticais (ascendente ou descendente) ou horizontais (entre colegas de mesma hierarquia). A violência psicológica no ambiente de trabalho não se

limita ao ato isolado, mas pode ser um processo contínuo e sistemático que tem como objetivo enfraquecer emocionalmente a vítima, dificultando seu desempenho e afetando sua autoestima.

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) também define o assédio moral como “toda conduta abusiva, a exemplo de gestos, palavras e atitudes que se repitam de forma sistemática, atingindo a dignidade ou integridade psíquica ou física de um trabalhador”. Com base nessa definição, podemos perceber que o assédio moral, em suas diversas manifestações, convergente para a noção de violência e coação à dignidade humana, é uma realidade presente em muitos ambientes profissionais. Embora existam variações nas definições legais e conceituais, todas elas apontam para a gravidade dos danos causados ao indivíduo e ao ambiente de trabalho.

Alguns Exemplos de assédio moral no trabalho incluem: imposição de tarefas humilhantes ou inferiores às funções da vítima, com o objetivo de minar sua confiança e capacidade profissional; críticas constantes e injustas, frequentemente em frente a outros colegas, expondo a vítima ao ridículo; privação de informações essenciais para o trabalho da vítima, tornando-a incapaz de executar suas funções de maneira eficaz; e exclusão de decisões importantes ou de atribuições que envolvem seu conhecimento, levando à sensação de inutilidade e incompetência.

O assédio sexual no ambiente de trabalho ocorre quando uma pessoa utiliza sua posição hierárquica ou o poder de seu cargo para constranger outra pessoa com o intuito de obter favores sexuais. No Código Penal Brasileiro, a Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001, tipifica o assédio sexual como um crime no art. 216-A, destacando a figura do superior hierárquico que se utiliza de sua posição para constranger alguém com o intuito de obter favores sexuais.

A pena prevista é de detenção de 1 a 2 anos. No entanto, antes dessa legislação, o assédio sexual era tratado como um crime de "constrangimento ilegal", com pena de detenção de 3 meses a 1 ano, ou multa. Apesar da vigência da lei, o assédio ainda persiste em muitos ambientes de trabalho, em grande parte devido ao desconhecimento das vítimas sobre seus direitos ou ao medo de denunciar os agressores. Isso gera um ciclo em que os assediadores não enfrentam as consequências legais de suas atitudes, perpetuando o problema e dificultando a criação de um ambiente de trabalho seguro e saudável para todos.

Entre as formas mais comuns de assédio sexual, conforme descrito na Cartilha sobre as Diversas Formas de Assédio (TRT6, 2023), incluem-se: piadas de cunho sexual ou comentários inapropriados sobre a aparência da vítima; toques não solicitados ou

aproximações físicas invasivas; cantadas ou insinuações sexuais feitas de maneira persistente; e ameaças sobre o emprego ou promoções, caso a vítima não ceda aos avanços sexuais. Essas atitudes não só violam o direito da vítima à integridade física e psicológica, mas também comprometem a sua posição profissional, criando um ambiente de trabalho hostil e opressor.

Além do assédio moral e sexual, a Cartilha sobre as Diversas Formas de Assédio (TRT6, 2023) também menciona outras formas de abuso que podem afetar o ambiente de trabalho e prejudicar a saúde dos profissionais. Dentre essas, destacam-se:

Microagressões que são as interações sutis, porém contínuas, que envolvem comportamentos discriminatórios, como comentários ou ações preconceituosas, que podem passar despercebidas, mas têm um efeito cumulativo nas vítimas. Estas agressões frequentemente ocorrem de forma verbal ou comportamental e comunicam hostilidade ou desprezo em relação a grupos específicos, como mulheres, pessoas negras ou LGBTQs (TRT6, 2023).

O assédio moral organizacional, também conhecido como bullying institucional, ocorre quando as práticas abusivas são promovidas ou permitidas pela própria cultura organizacional. Nesse contexto, as estratégias da empresa ou da gestão visam intimidar, excluir ou prejudicar determinado grupo de trabalhadores, com o intuito de aumentar a produtividade ou reforçar o controle. O assédio organizacional pode se manifestar por políticas de trabalho excessivas ou punições desproporcionais e é frequentemente ignorado ou até encorajado pela hierarquia superior (TRT6, 2023).

Essas manifestações, embora diferentes nas formas e na natureza, têm um impacto direto na saúde mental e emocional dos trabalhadores, criando um ambiente de trabalho tóxico e prejudicial para o desenvolvimento profissional. Reconhecer as diversas formas de assédio no ambiente de trabalho é fundamental para a criação de políticas de prevenção e combate a essas práticas nocivas.

O mercado de trabalho, especialmente em áreas de alta pressão e com forte hierarquia, como o mercado de comunicação, pode ser um terreno fértil para o assédio. Portanto, as organizações precisam adotar medidas claras de conscientização, formação e responsabilização para combater qualquer forma de abuso, criando um ambiente de trabalho seguro e respeitoso para todos os profissionais.

3.3 O Assédio no Mercado de Comunicação

O mercado de comunicação, especialmente no Brasil, tem sido um campo fértil para a manifestação de diversas formas de assédio, principalmente o assédio moral e sexual. Em

2021, a Associação Brasileira de Jornalistas Investigativos (Abraji) divulgou um relatório sobre o "Monitoramento de Ataques a Jornalistas no Brasil", no qual constatou 453 alertas de violações da liberdade de imprensa, representando um aumento de 23,4% em relação ao ano anterior.

Entre esses casos, 78,7% afetaram mulheres, evidenciando a vulnerabilidade das jornalistas, especialmente em tempos de crescente polarização política. Um dos aspectos mais alarmantes foi que 62,5% das agressões ocorreram no ambiente virtual, e 69% dos agressores eram autoridades estatais. Esses números não apenas refletem um aumento no número de ataques, mas também a intensificação das estratégias de descredibilização da imprensa durante os anos de governo do ex-presidente Jair Bolsonaro.

De acordo com a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), a violência contra jornalistas apresentou uma queda significativa em 2023, comparado a 2022, quando os casos atingiram números alarmantes. A redução, no entanto, está diretamente ligada à mudança na gestão presidencial, e à diminuição de ataques à imprensa após a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva.

Durante o governo Bolsonaro, a imprensa foi constantemente atacada, e como a Abraji observa, “o presidente Jair Bolsonaro elegeu a imprensa como um dos seus principais inimigos” (Abraji, 2022), intensificando uma estratégia de enfraquecimento da credibilidade dos jornalistas e meios de comunicação.

Segundo Bourdieu (1997), o jornalismo se insere dentro de um campo de disputas simbólicas, onde diferentes agentes buscam controlar a narrativa pública. Essa disputa se torna ainda mais intensa quando os jornalistas enfrentam ataques políticos, principalmente aqueles ligados a temas sensíveis.

O assédio digital, por exemplo, tornou-se uma ferramenta comum para intimidar jornalistas, especialmente mulheres e minorias, que são frequentemente alvo de campanhas de ódio orquestradas por grupos com interesses políticos específicos. Patrícia Campos Mello, jornalista brasileira, relatou como esses ataques coordenados visam “silenciar os jornalistas e impedir que determinadas informações venham a público” (Mello, 2020), um reflexo claro das estratégias políticas de controle da informação.

Além do assédio digital, o mercado de comunicação também é marcado por formas de violência de gênero, que se manifestam de maneiras diversas, incluindo o assédio moral e sexual. De acordo com estudos de Cunha (2017) e outras autoras que analisam o jornalismo brasileiro, as mulheres enfrentam uma constante desvalorização de seu trabalho, além de serem frequentemente vítimas de assédio nas redações. Como observa Judith Butler (1990), o

jornalismo, enquanto prática performativa, exige que as mulheres se conformem à narrativa de "fragilidade" ou "emoção excessiva", o que frequentemente prejudica sua credibilidade no campo jornalístico.

O assédio moral, conforme descrito pela Cartilha sobre as Diversas Formas de Assédio (TRT6, 2023), é caracterizado como “um conjunto de comportamentos e práticas inaceitáveis, ou de ameaças de tais comportamentos e práticas”, que visam degradar a dignidade ou integridade física ou psíquica de uma pessoa.

Esse tipo de assédio é especialmente presente no mercado de comunicação, onde as mulheres frequentemente enfrentam críticas excessivas, tarefas humilhantes e uma desvalorização constante do seu trabalho. Tais atitudes são comuns nas redações e se refletem na maneira como as jornalistas são tratadas, muitas vezes sendo reduzidas a estereótipos de "fragilidade", quando deveriam ser reconhecidas por sua competência profissional.

Em uma manifestação mais explícita de assédio, o assédio sexual no mercado de comunicação é uma realidade ainda mais grave. Muitas mulheres jornalistas enfrentam “comentários sexualmente sugestivos, gestos obscenos, e até toques indesejados” (TRT6, 2023), ações que são, na maioria das vezes, minimizadas ou desconsideradas, criando um ambiente de trabalho hostil e inseguro. As jornalistas também são frequentemente alvo de “ameaças relacionadas ao emprego ou à progressão na carreira”, especialmente quando se recusam a ceder a avanços indesejados. Isso ocorre não apenas nas redações, mas também durante coberturas externas, em eventos e ao lidar com fontes.

Um exemplo dessa realidade foi o relato de uma jornalista do SBT, que, enquanto cobria um bloco de carnaval no Pará em 2021, foi fisicamente assediada ao vivo. Ela descreveu como “meu microfone foi a minha arma naquele dia” e contou que, após o incidente, foi descreditada por colegas de trabalho que minimizaram a gravidade da situação, dizendo que era apenas "brincadeira de carnaval". Esse tipo de resposta reforça a normalização do assédio, onde as vítimas são frequentemente desvalorizadas e acreditam que não têm voz ou apoio dentro do próprio ambiente de trabalho.

Esses casos ilustram como o assédio no mercado de comunicação não é apenas um problema individual, mas estrutural, ligado a um contexto de desigualdade de poder entre os gêneros. As mulheres jornalistas, além de enfrentarem um ambiente tóxico, muitas vezes têm de se adaptar para evitar a violência de gênero, como a sexualização do corpo e a desvalorização intelectual. Isso não apenas afeta sua saúde mental, mas também limita suas possibilidades de ascensão profissional, mantendo uma cultura de discriminação e abuso dentro do mercado de comunicação.

3.4 Desafios e Realidades sobre Assédio no Jornalismo

O assédio no mercado de trabalho, especialmente no campo do jornalismo, é um reflexo das desigualdades de gênero que permeiam as estruturas profissionais e sociais. Em um setor historicamente dominado por homens, a presença crescente de mulheres não resultou em uma equidade de tratamento, mas muitas vezes intensificou as discriminações de gênero e as violências estruturais, como o assédio sexual e moral. Estudos como o desenvolvido por Amorim (2021) indicam que o assédio no jornalismo é uma prática recorrente, com muitas jornalistas enfrentando diversas formas de abuso, seja no ambiente de redação, nas coberturas externas ou mesmo nas interações com fontes.

De acordo com Amorim (2021), o mercado de comunicação, em especial o jornalismo, exige um esforço extra das mulheres para alcançar posições de destaque. Essa exigência não apenas reflete a sobrecarga de trabalho, mas também está associada às expectativas de que as mulheres conciliem suas carreiras com as responsabilidades familiares e domésticas. Esse duplo fardo torna-se ainda mais pesado diante das formas de assédio a que as mulheres são constantemente submetidas, especialmente no início de suas trajetórias profissionais. A naturalização do assédio nos ambientes de trabalho contribui para a perpetuação de relações de poder assimétricas, onde as mulheres, apesar de conquistarem posições significativas, ainda enfrentam resistência e desafios para alcançar o reconhecimento e a liderança.

Em Imperatriz, interior do Maranhão, a realidade do assédio no mercado de comunicação é igualmente preocupante. Uma pesquisa realizada por Michele Goulart Massuchin e Daniele Silva Lima (2021) revelou que todas as jornalistas atuantes nos veículos de comunicação da cidade passaram por situações de assédio em 2018. O medo de retaliações e a possibilidade de perder o emprego fazem com que muitas profissionais se sintam silenciadas, resultando em uma taxa de denúncias muito baixa. Este fenômeno é frequentemente caracterizado pela falta de canais eficazes de denúncia nas empresas, o que perpetua um ciclo de impunidade e vulnerabilidade (Amorim, 2021).

Os dados da pesquisa "Gênero e Número: Mulheres no Jornalismo Brasileiro" (Abraji, 2017) apontam que 70,2% das mulheres jornalistas entrevistadas já presenciaram ou souberam de colegas que sofreram assédio durante o exercício da profissão. Além disso, 86,4% das mulheres entrevistadas relataram já ter enfrentado discriminação de gênero no trabalho, com 70,4% mencionando que já receberam cantadas desconfortáveis e 10,7% admitindo ter sido alvo de propostas de favores sexuais em troca de benefícios profissionais

(Abraji, 2017). Embora o assédio seja uma realidade reconhecida por essas profissionais, apenas 15% delas denunciaram essas situações, muitas vezes devido à falta de suporte institucional e ao medo de represálias.

Uma pesquisa realizada em Curitiba, Paraná, revelou dados semelhantes, com 40% das jornalistas afirmando que o assédio sexual partiu de homens, enquanto 6% relataram o assédio por parte de mulheres. A pesquisa indicou que a maior parte dos assédios sexuais ocorre por superiores hierárquicos ou fontes externas, reforçando a ideia de que o poder no ambiente de trabalho contribui para a perpetuação dessas violências (Portela, 2018).

O impacto do assédio no jornalismo vai além das consequências imediatas, afetando a saúde mental e física das vítimas, comprometendo o desempenho e a motivação no trabalho, e gerando insegurança e autocensura. O medo de retaliações ou de ser descreditada pela sociedade muitas vezes leva as jornalistas a modificarem seus comportamentos, posturas e até suas escolhas de roupas para evitar o assédio (Amorim, 2021). Essa autocensura reflete o medo de perder oportunidades profissionais e a luta constante para ser tratada com o mesmo respeito que seus colegas homens.

Além disso, o assédio afeta a liberdade de imprensa e o direito à informação. Quando as jornalistas se sentem intimidadas, elas podem deixar de reportar questões sensíveis ou não aprofundar investigações relevantes, prejudicando a qualidade da informação que chega à sociedade. Esse ambiente hostil compromete a função social do jornalismo e impede que as mulheres exerçam plenamente seu direito ao trabalho em um ambiente seguro e igualitário.

É urgente que políticas públicas e privadas sejam implementadas para combater o assédio no jornalismo, com o estabelecimento de canais de denúncia eficazes, treinamento e conscientização sobre a importância do respeito e da equidade de gênero nos ambientes de trabalho. A criação de redes de apoio entre jornalistas, além do engajamento de sindicatos e associações, é fundamental para garantir que o assédio seja combatido de forma efetiva. O fortalecimento dessas políticas institucionais pode ajudar a criar um ambiente de trabalho mais seguro e respeitoso, onde as mulheres possam exercer sua profissão sem medo de represálias ou abusos.

A luta contra o assédio no jornalismo não é apenas uma questão de direitos individuais, mas também de promover a liberdade de expressão, o direito à informação e a equidade de gênero. Como apontado por Amorim (2021), é necessário romper com a naturalização do assédio e implementar mudanças estruturais que garantam a igualdade de oportunidades e a dignidade das jornalistas em seus locais de trabalho. Somente com um

esforço coletivo será possível transformar essa realidade e criar um ambiente mais justo para todas as profissionais do jornalismo.

4. O ASSÉDIO CONTRA MULHERES NO MERCADO DE COMUNICAÇÃO EM IMPERATRIZ

O mercado de comunicação em Imperatriz, cidade localizada na Região Sudoeste do Maranhão, enfrenta desafios estruturais que impactam diretamente a atuação das mulheres na área. Embora a cidade se destaque como um importante centro comercial e cultural do estado, o mercado de comunicação local ainda apresenta lacunas significativas. Esse cenário, aliado à presença de práticas discriminatórias, cria um ambiente propenso ao assédio, com mulheres enfrentando obstáculos não apenas para se estabelecerem na profissão, mas também para garantir um espaço seguro dentro das empresas de comunicação.

A pesquisa realizada junto a mulheres do mercado de comunicação em Imperatriz busca entender como o assédio se manifesta nesse contexto, quais são as formas mais comuns de violência sofridas e as consequências dessas vivências para a saúde mental, a autoestima e a trajetória profissional das jornalistas. Os dados coletados evidenciam não apenas a prevalência do assédio moral e sexual, mas também as consequências devastadoras para as vítimas, que, muitas vezes, são forçadas a abandonar suas carreiras devido à falta de apoio institucional e à ausência de canais eficazes de denúncia.

4.1 O Mercado de Comunicação em Imperatriz

Imperatriz, localizada na Região Metropolitana do Sudoeste Maranhense, é a segunda cidade mais populosa do estado e, recentemente, foi reconhecida como "segunda capital maranhense" pela Lei 11.904/2023, sancionada pelo governador Carlos Brandão. A cidade se estende pela margem direita do rio Tocantins e ocupa uma posição estratégica na divisa com o estado do Tocantins.

É considerada o segundo maior centro comercial, além de ser um ponto político e cultural de grande importância no Maranhão. Com uma população de 273.110 habitantes, conforme o censo de 2022, Imperatriz se apresenta como um mercado de comunicação diversificado, embora ainda apresente lacunas em algumas áreas, especialmente quando comparada a centros urbanos maiores.

A comunicação em Imperatriz vai além do jornalismo tradicional de rádio e televisão, abrangendo áreas como marketing, publicidade, assessoria, design e internet, refletindo uma mistura de diversas áreas interconectadas. Esse mercado comunicacional não

se limita a veículos de grande circulação, mas também inclui pequenos negócios e iniciativas que ocupam nichos específicos de atuação.

No entanto, as oportunidades de desenvolvimento em áreas como jornalismo investigativo, mídia digital avançada e novas formas de produção de conteúdo ainda estão em desenvolvimento na região. Nesse cenário, o jornalismo em Imperatriz tem uma identidade histórica, com marcos como os jornais "O Alicate" e "O Progresso", fundados na cidade. A implementação do curso de Comunicação Social com habilitação em Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão, em 2006, ampliou significativamente a participação feminina no mercado de trabalho comunicacional. De acordo com Gehlen, Bueno e Silva (2018), 68,6% dos formados no curso de jornalismo da cidade são mulheres, refletindo uma importante transformação na composição profissional da área.

Além disso, Imperatriz mantém uma forte presença nas formas tradicionais de comunicação e informação, como a Tv Difusora (afiliada ao SBT), TV Mirante (afiliada à TV Globo) e uma diversidade de rádios, que cobrem editorias como cultura, notícia, economia e entretenimento. A diversidade desses canais reflete o impacto da comunicação em uma cidade com um mercado tão interligado à dinâmica social e econômica local.

No entanto, a centralização do poder informativo é evidente. A infraestrutura jornalística da cidade é restrita em comparação com grandes metrópoles, o que leva a uma concentração de poder em torno de poucos veículos, com grande influência de grupos locais e interesses econômicos e políticos. Essa concentração, por sua vez, cria uma hierarquia no campo social do jornalismo local, com profissionais e veículos mais poderosos ocupando posições centrais, enquanto outros são marginalizados.

No entanto, o jornalismo imperatrizense também se adapta às novas realidades tecnológicas. A popularização das redes sociais digitais e a ascensão das novas mídias, com a adaptação ao formato digital e o crescimento de plataformas online como a Imperatriz Online, mostram como a cidade está se adequando às novas formas de produção e disseminação de informações.

Esse movimento que privilegia o ambiente digital, representa uma oportunidade para expandir o mercado, embora ainda haja desafios significativos em termos de recursos, formação e diversidade nos veículos de comunicação. A cidade, portanto, enfrenta o desafio de equilibrar o crescimento do jornalismo digital com a manutenção das formas tradicionais, além de lidar com as desigualdades no acesso a recursos e influências no mercado de comunicação.

4.2 Pesquisa junto a Mulheres do Mercado de Comunicação em Imperatriz

A pesquisa teve início em 2023, como parte do projeto "Aspectos sobre o processo de produção jornalística no Maranhão pela perspectiva da raça e o gênero", coordenado pela professora Leila Lima de Sousa, do Curso de Jornalismo do Centro de Ciências de Imperatriz da Universidade Federal do Maranhão. Durante o desenvolvimento deste estudo, foram explorados diversos aspectos relacionados à presença da mulher no jornalismo maranhense, com um foco especial nas intersecções entre raça e gênero.

A partir dos relatos coletados no projeto mencionado, emergiu a temática do assédio no mercado de trabalho jornalístico. O assédio, que continua a ser uma realidade frequente, revela as dificuldades persistentes do mercado de comunicação em superar práticas discriminatórias, apesar dos avanços sociais. Assim, surgiu o interesse em compreender como as mulheres atuantes no mercado de comunicação em Imperatriz vivenciam e enfrentam situações de assédio nos ambientes de trabalho, analisando as diversas formas de assédio, suas consequências, os desafios enfrentados e as estratégias de enfrentamento utilizadas, bem como o impacto dessas experiências nas trajetórias profissionais dessas mulheres.

Com esse objetivo em mente, foi estruturado um questionário online, utilizando a plataforma "Google Formulários", para permitir que as mulheres atuantes no mercado de comunicação de Imperatriz compartilhassem suas vivências e experiências com o assédio. A divulgação do questionário seguiu a metodologia de amostragem em bola de neve, que se caracteriza por iniciar com um pequeno grupo de participantes e expandir o alcance por meio das indicações dessas participantes para outras mulheres atuantes no mercado. Essa abordagem visou garantir maior representatividade e captar relatos de diferentes mulheres em diversas áreas da comunicação na cidade.

O questionário online foi organizado em duas seções: a primeira abordou questões socioeconômicas, como faixa etária, raça, cargo, tempo de profissão e escolaridade. A segunda seção concentrou-se na temática do assédio, questionando as jornalistas sobre suas experiências com esse tipo de violência. O questionário foi divulgado por cerca de 30 dias, período durante o qual as participantes foram orientadas a repassar o link para outras mulheres que atuam no mercado de comunicação, garantindo uma amostra mais ampla e diversa. Ao final da circulação, o questionário obteve 33 respostas, majoritariamente de mulheres jovens, com diversidade racial, embora nenhuma tenha se identificado como indígena.

Para garantir a confidencialidade das participantes, o anonimato foi assegurado, permitindo que as jornalistas se sentissem mais à vontade para relatar suas experiências sem

receio de retaliações. Além disso, como parte da continuidade da pesquisa, foi questionado às participantes se estariam dispostas a participar de uma segunda fase, que consistiria em entrevistas mais aprofundadas. Quinze mulheres manifestaram interesse, embora, devido a limitações de tempo, não tenha sido possível avançar para essa etapa. No entanto, pretende-se desenvolver essas entrevistas como um desdobramento e aprofundamento da pesquisa após a defesa do Trabalho de Conclusão de Curso, possivelmente no contexto de um programa de pós-graduação.

4.3 Perfil das Mulheres Participantes

Antes de abordar o assédio no mercado de comunicação, foi realizado um levantamento do perfil socioeconômico e profissional das jornalistas participantes, considerando aspectos como raça, idade, renda, estado civil e escolaridade. Essa caracterização é fundamental para contextualizar as informações, possibilitando estabelecer relações entre as percepções de assédio e o perfil das vítimas.

A faixa etária das participantes revelou uma predominância de jovens entre 18 e 25 anos, com 22 das 33 participantes se enquadrando nesse grupo (Tabela 1). Este dado pode refletir o fato de que o questionário abrangeu não apenas profissionais formadas, mas também acadêmicas do curso de Jornalismo em Imperatriz, sendo notável que a maior parte das participantes ainda está no início da carreira.

Essa característica pode indicar que a pesquisa reflete uma geração em processo de ingresso no mercado de trabalho, exposta a desafios específicos relacionados à inexperiência e inserção profissional. Além disso, a predominância dessa faixa etária pode influenciar a percepção e os relatos sobre o assédio, uma vez que jornalistas no início da carreira podem estar mais vulneráveis a determinadas situações no ambiente de trabalho.

Tabela 1 – Faixa Etária das Participantes

Faixa Etária	Quantidade de Participantes
18 a 25 anos	22
26 a 35 anos	8
36 a 45 anos	2
45 anos ou mais	1

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Em relação à escolaridade, os dados mostram uma diversidade de experiências profissionais. Quatro participantes ainda estão na fase de formação acadêmica, cinco estão em estágio e 21 já estão inseridas no mercado de trabalho (Tabela 2). Esse panorama reflete diferentes estágios de desenvolvimento profissional, permitindo compreender como o assédio se manifesta em diversas etapas da carreira. A análise desses dados indica que, para o assediador, o nível de escolaridade ou de profissionalização não representa um impeditivo para a prática do assédio.

Tabela 2 – Escolaridade das Participantes

Escolaridade	Quantidade de Participantes
Estudando	4
Estagiando	5
No mercado de trabalho	21

Fonte: dados da pesquisa (2024)

As acadêmicas, ainda em ambiente educacional, podem ter uma percepção mais teórica sobre o assédio, com base em discussões em sala de aula e conteúdos abordados durante a graduação. No entanto, elas não estão imunes a vivências reais, especialmente durante atividades externas, como coberturas jornalísticas e eventos, nos quais o assédio pode se manifestar, seja por parte de colegas, fontes ou superiores.

Já as estagiárias, em uma posição intermediária, convivem com a pressão de estarem em um ambiente de aprendizagem, mas também em contato direto com o mercado de trabalho, o que pode levá-las a tolerar comportamentos inadequados por receio de represálias ou de comprometer futuras oportunidades. Para essas mulheres, a hierarquia no ambiente de trabalho pode dificultar a denúncia de casos de assédio, principalmente se os agressores forem profissionais mais experientes ou superiores.

Por fim, as 21 mulheres que já estão no mercado de trabalho representam um recorte essencial para compreender a continuidade e a persistência do assédio no jornalismo. Esse grupo inclui desde recém-formadas até jornalistas com maior tempo de atuação, permitindo observar padrões e diferenças na forma como o assédio ocorre e é percebido ao longo da carreira. As profissionais mais experientes podem estar mais conscientes de seus direitos e sentir-se mais seguras para denunciar casos de assédio, embora possam também ter enfrentado episódios de assédio que as levaram a se calar no início de suas trajetórias profissionais.

A análise dos cargos ocupados pelas participantes também oferece insights relevantes. Como demonstrado na Tabela 3, muitos cargos estão relacionados a outras áreas da comunicação, como assessoria, marketing e social media, refletindo uma tendência de migração para setores onde as oportunidades são mais abundantes. A escassez de vagas no jornalismo tradicional em Imperatriz leva muitas jornalistas a buscar alternativas em outras áreas do mercado de comunicação.

Tabela 3 – Cargo Ocupado pelas Participantes

Cargo Ocupado	Quantidade de Profissionais
Assessoria	5
Estagiária	5
Atendente publicitária	1
Assistente de marketing	3
Diretora criativa	1
Diretora de comunicação	1
Estudante	5
Jornalista	2
Repórter	2
Produção	1
Servidora pública	1
Social media	3

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Esse fenômeno de migração para outras áreas da comunicação é, em parte, uma resposta à limitação do mercado tradicional local. Muitas jornalistas buscam estabilidade em setores como marketing e internet, que valorizam suas habilidades em comunicação estratégica, produção de conteúdo e gestão de imagem. No entanto, essa tendência também pode afetar a diversidade e a qualidade da cobertura jornalística em Imperatriz, diminuindo a pluralidade de vozes e o acesso da população a informações mais aprofundadas.

A instabilidade no mercado jornalístico de Imperatriz, caracterizada pela falta de oportunidades e a precarização das condições de trabalho, pode criar um ambiente propício para o assédio. Muitas profissionais, especialmente as mais jovens, podem se sentir pressionadas a tolerar comportamentos inadequados por medo de perder o emprego ou de

comprometer futuras oportunidades. Esse cenário é agravado pela falta de regulamentação eficaz, contratos informais e a ausência de mecanismos seguros de denúncia.

A combinação de vulnerabilidade no mercado de trabalho e a persistência do assédio reflete a necessidade urgente de políticas de proteção, regulamentação e apoio à denúncia. Além disso, é importante destacar que o contexto racial também desempenha um papel importante no mercado de comunicação de Imperatriz, com mulheres negras enfrentando desafios adicionais relacionados à discriminação racial, conforme apontado na Tabela 4.

Tabela 4 – Raça das Participantes

Raça	Quantidade de Participantes
Branca	10
Parda	14
Preta	9
Indígena	0

Fonte: dados da pesquisa (2024)

A interseção entre racismo e sexismo intensifica as dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras no mercado de trabalho jornalístico, como apontado por Sousa (2021). O corpo da mulher negra é frequentemente alvo de estereótipos que a reduzem a representações hipersexualizadas ou subalternizadas, o que contribui para a objetificação e a vulnerabilidade ao assédio. Essas mulheres também enfrentam a discriminação salarial, o que agrava a desigualdade no ambiente de trabalho. A combinação dessas formas de discriminação torna o ambiente de trabalho ainda mais hostil, dificultando a denúncia de assédio e perpetuando práticas abusivas.

Dessa forma, o assédio no jornalismo não deve ser analisado isoladamente. A interseccionalidade entre gênero e raça deve ser considerada para uma compreensão mais ampla das dificuldades enfrentadas pelas mulheres negras, que lidam com múltiplas formas de discriminação que impactam diretamente sua trajetória profissional e suas experiências no mercado de comunicação.

4.4 Formas como o Assédio Aconteceu

Neste tópico, é essencial abordar o conceito de assédio moral, conforme descrito por Leymann (1990), que caracteriza este fenômeno como a violência psicológica extrema,

sistemática e prolongada, com o objetivo de destruir a reputação da vítima, perturbar a execução de seu trabalho e forçá-la a abandonar o ambiente profissional. Segundo o autor, o assédio moral é um processo gradual e repetido, que pode ocorrer em frequências semanais por mais de seis meses. Esse tipo de assédio cria um ambiente hostil, comprometendo o bem-estar emocional e profissional da vítima. No contexto da pesquisa, foi questionado às participantes se já haviam vivenciado situações de assédio no trabalho, com os seguintes resultados:

Tabela 5: Já sofreu assédio no trabalho?

Resposta	Quantidade de Participantes
Já sofreu assédio	21
Não sofreu assédio	12

Fonte: dados da pesquisa (2024)

A trajetória das mulheres no jornalismo, embora marcada por significativas conquistas, ainda carrega uma herança de subordinação histórica, conforme mencionado por Ribeiro (1998). Durante muito tempo, o papel da mulher na redação jornalística foi restrito a funções secundárias, como atender telefones e fazer café. Apesar dos avanços, essa divisão ainda se reflete em práticas discriminatórias no ambiente de trabalho, onde o assédio continua a ser uma realidade persistente. Ao questionar as participantes sobre a percepção da área jornalística, observou-se uma divisão nas respostas quanto ao machismo existente no setor.

Tabela 6: Você considera a área jornalística machista?

Resposta	Quantidade de Participantes
Sim	22
Não	10
Talvez	0

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Segundo Cunha (2017), os estereótipos de gênero ainda influenciam o ambiente de trabalho, refletindo uma cultura que posiciona as mulheres em funções subalternas, o que impacta diretamente na dinâmica profissional. No jornalismo, isso se traduz em um cenário onde, apesar das mulheres ocuparem visibilidade na área, o machismo institucionalizado

continua a ser uma barreira a ser superada. Em relação ao ambiente de trabalho, foi questionado se o local oferecia espaço para discussões sobre o machismo. A resposta indicou que, em muitos casos, não há espaço para tais discussões.

Tabela 7: Sobre seu trabalho, você considera que é um ambiente acolhedor para o debate de questões relacionadas ao machismo?

Resposta	Quantidade de Participantes
Sim	9
Não	14
Talvez	5

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Essa percepção sugere que muitas empresas do mercado de comunicação ainda não priorizam a criação de um ambiente seguro para debate de questões de gênero, deixando de lado a importância da conscientização sobre o machismo estrutural. A estagiária, em particular, se encontra em uma posição ainda mais vulnerável, pois, muitas vezes, a relação de aprendizado e a hierarquia institucional podem fazer com que o assédio seja mais difícil de contestar. Isso inclui o assédio moral institucional, que ocorre dentro das práticas organizacionais e pode ser disfarçado como parte da cultura de trabalho.

A constatação de que 22 das 33 jornalistas participantes consideram a área jornalística como machista adiciona uma dimensão crítica à pesquisa. Embora as mulheres tenham conquistado espaços dentro da profissão, a estrutura do jornalismo ainda reflete uma cultura machista que influencia o ambiente de trabalho e as relações profissionais. A prevalência de atitudes machistas dentro das redações cria um terreno fértil para o assédio, que se manifesta através de piadas, olhares e até mesmo toques não autorizados, como ilustrado nos relatos coletados.

Tabela 8: Termos utilizados em relatos

Palavra utilizada pelas entrevistadas	Significado no contexto desta pesquisa
Desconfortável	Assédio começa com atitudes pequenas, mas que geram mal-estar.
Constrangedor	Causa vergonha pública, prejudicando a imagem profissional.

Palavra utilizada pelas entrevistadas	Significado no contexto desta pesquisa
Traumático	O impacto duradouro do assédio, refletindo-se na saúde mental.
Violada	Violação extrema dos limites pessoais e profissionais.
Desmotivador	Efeito do assédio sobre a vontade de continuar na profissão.

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Esses relatos não devem ser vistos como simples desconfortos passageiros, mas sim como experiências que afetam profundamente a saúde mental e o desempenho das mulheres no ambiente de trabalho. Essas expressões indicam que o assédio não apenas prejudica a experiência imediata, mas também deixa marcas duradouras nas vítimas. Além disso, a ausência de canais de denúncia é uma questão crítica identificada na pesquisa. A maioria das participantes (21 de 33) relatou que seus locais de trabalho não possuem canais formais para denúncia de assédio, o que reflete uma grave lacuna na proteção das profissionais.

Sem um canal oficial de denúncia, muitas jornalistas recorrem a alternativas informais, como relatar os casos a colegas de confiança ou tentar lidar com a situação sozinhas. No entanto, essas estratégias raramente resultam em soluções eficazes e podem até agravar o problema, já que o silêncio e a impunidade favorecem a continuidade dos abusos. Além disso, a falta de uma estrutura de apoio institucional intensifica o medo de represálias, como perda do emprego, descredibilização profissional ou isolamento dentro da equipe.

Tabela 9: Quem praticou o assédio?

Fonte	Quantidade de Participantes
Fontes	3
Chefia	10
Colegas de trabalho	6
Todos	1
Clientes	1

Fonte: dados da pesquisa (2024)

Os dados mostram que 10 das entrevistadas apontaram a chefia como responsável pelo assédio e 6 mencionaram colegas de trabalho. Esse resultado evidencia um problema estrutural no mercado de comunicação. O assédio por parte de superiores hierárquicos é ainda mais difícil de combater, pois a relação de poder entre assediador e vítima cria um ambiente de medo, silenciamento e impunidade. O assédio cometido por chefes pode se manifestar de várias maneiras, desde investidas explícitas até retaliações contra aquelas que não cedem ou denunciam. Muitas vezes, as vítimas são ameaçadas com a perda de oportunidades, rebaixamento de cargo ou até demissão, perpetuando um ciclo de abuso sem alternativas seguras para reagir.

O assédio por parte de colegas de trabalho, embora não envolva o mesmo desequilíbrio formal de poder, também revela que a cultura de assédio está enraizada no ambiente profissional. Piadas de cunho sexual, comentários inadequados e insistências não desejadas são algumas das formas mais comuns de assédio entre colegas. Em muitos casos, essas situações são tratadas como ‘brincadeiras’ ou questões individuais, sem que sejam adotadas medidas efetivas para proteger as vítimas. Uma das participantes relatou um episódio de assédio.

Em um evento da empresa, na confraternização dos colaboradores de final de ano, um colega de trabalho se ofereceu para deixar eu e outras mulheres em casa. As outras mulheres eram mais velhas que eu e de cargos mais altos também. Confiei de aceitar a carona porque elas iam também, mas ele foi deixando uma a uma e eu fui ficando por último. Quando ele deixou a penúltima mulher, ele esperou só ela entrar dentro de casa e fechar o portão para vir para cima de mim. Começou a me beijar e passar a mão no meu corpo, logo o empurrei e disse não e então ele me deixou em casa. Fui o caminho todo tremendo de medo. Como era tarde da noite e estava longe da minha casa, fiquei com medo de descer lá mesmo, então permaneci no carro até que ele me deixou em casa. Foi uma situação traumatizante (Relato anônimo de uma das participantes da pesquisa, 2024).

Esse relato ilustra uma situação grave de assédio e abuso de confiança, que não só reflete a vulnerabilidade das mulheres em ambientes profissionais, mas também a cultura do medo e da impunidade. A vítima inicialmente confiou na carona, pois outras mulheres estavam presentes, o que proporciona uma sensação de segurança. Contudo, o agressor aproveitou o momento de isolamento para cometer o abuso, o que demonstra a premeditação e estratégia de abuso do agressor. O impacto emocional da situação perdura, como evidenciado pela sensação de medo que acompanhou a vítima até sua chegada em casa, refletindo os efeitos psicológicos que o assédio pode causar, mesmo após o fim do incidente.

Esse relato também expõe uma falha estrutural nos ambientes de trabalho, onde confraternizações e eventos corporativos, que deveriam ser momentos de descontração, frequentemente se tornam cenários propensos ao assédio, especialmente quando envolvem consumo de álcool e relações hierárquicas. Muitas vítimas temem denunciar essas situações devido ao medo de represálias no ambiente profissional, o que torna urgente a implementação de políticas rigorosas de combate ao assédio.

Esses dados destacam a necessidade de medidas institucionais que combatam o assédio em todos os níveis hierárquicos, garantindo que as vítimas tenham meios seguros para denunciar e que os responsáveis sejam punidos adequadamente. Além disso, é essencial promover uma mudança na cultura organizacional, conscientizando líderes e funcionários sobre a gravidade do problema e estabelecendo um compromisso com ambientes de trabalho mais seguros e igualitários para as mulheres jornalistas.

A falta de canais de denúncia formais nas empresas de comunicação reflete uma falha em reconhecer e combater o assédio de forma ativa. As implementações de tais canais não devem ser vistas apenas como uma boa prática corporativa, mas como um compromisso com a segurança e o bem-estar das profissionais. Além de garantir que as denúncias sejam acolhidas e investigadas de forma imparcial, essas ações devem ser acompanhadas de medidas preventivas, como treinamentos sobre assédio e a criação de um código de conduta claro.

A inexistência de canais de denúncia fragiliza as vítimas e enfraquece a credibilidade das empresas jornalísticas, tornando mais difícil para as profissionais trabalharem em um ambiente seguro e respeitoso. Em um setor que se fundamenta na busca pela verdade e justiça, as instituições precisam adotar políticas que garantam ambientes livres de assédio, em consonância com seus princípios fundamentais.

Três das participantes mencionaram que o assédio ocorreu por parte de fontes, e uma relatou assédio por parte de um cliente. No jornalismo, como em outras profissões, o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros estabelece normas claras para a conduta profissional, destacando o direito à informação e a conduta ética. No entanto, não há diretrizes específicas para lidar com situações de assédio praticado por fontes ou clientes, o que coloca as jornalistas em uma posição difícil.

Em um dos relatos, uma jornalista descreveu um episódio com um cliente: "Eu levei o cliente até a recepção, o que não é minha função, mas faço em algumas ocasiões para ajudar as meninas da recepção. Quando ele se sentou, perguntei se ele precisava de algo, e ele respondeu: 'Aceito um beijo, tem como?'".

O código de ética do jornalismo, embora oriente sobre a conduta profissional, não aborda diretamente o assédio por fontes ou clientes. No entanto, é recorrente que os jornalistas, especialmente as mulheres, se vejam em um dilema quando suas interações com fontes e clientes que ultrapassam os limites do respeito. Muitas vezes, o medo de perder informações valiosas e a preocupação com a reputação profissional tornam as vítimas relutantes em denunciar.

Por fim, a inclusão do dado sobre a percepção de machismo nas respostas das jornalistas reforça a necessidade de transformação das estruturas do jornalismo, visando um ambiente mais igualitário, seguro e respeitoso. O jornalismo machista não é apenas um reflexo de discriminação externa, mas uma realidade interna que deve ser confrontada para garantir que as mulheres possam atuar na profissão sem medo de assédio e com igualdade de oportunidades.

4.5 Consequências Relatadas pelas Mulheres

Os relatos obtidos demonstram as diversas consequências do assédio para as mulheres jornalistas, cujos impactos transcendem o ambiente de trabalho e afetam sua saúde mental, autoestima e trajetória profissional.

4.5.1 Fuga como mecanismo de Defesa

Em um dos relatos, uma participante mencionou: “não chegou ao agravante porque pedi demissão”, o que revela um padrão comum entre vítimas de assédio: a necessidade de deixar o emprego como única alternativa para evitar o agravamento da violência. Esse cenário é grave, pois, ao invés de o agressor ser responsabilizado, é a vítima quem deve abandonar sua carreira para preservar sua integridade.

Isso reflete a falha de muitas empresas em fornecer suporte adequado às jornalistas, criando um ambiente seguro onde possam denunciar sem medo de represálias. A falta de canais de denúncia, conforme mencionado anteriormente por 21 das participantes da pesquisa, agrava ainda mais essa realidade. Além disso, a saída do emprego gera impactos financeiros e profissionais, forçando as mulheres a recomeçar suas carreiras em um mercado instável e competitivo.

4.5.2 Silenciamento e Repressão Emocional

Outro relato ilustra como o assédio pode gerar traumas que se estendem além do ambiente profissional, afetando a maneira como a vítima se relaciona consigo mesma e com

os outros: "tudo isso me tornou uma pessoa fechada para falar tudo que envolve sexo". A repressão emocional pode ser um mecanismo de defesa contra novas violências, mas também pode limitar a expressão da vítima, restringindo sua capacidade de comunicar sobre temas que anteriormente não eram problemáticos. Esse tipo de efeito psicológico demonstra que o assédio não é um evento isolado, mas algo que pode transformar a visão da vítima sobre o mundo e suas próprias experiências.

4.5.3 Baixa Autoestima e Insegurança Profissional

Outro relato descreve uma das consequências mais cruéis do assédio: a erosão da autoconfiança da vítima: "me senti uma pessoa ruim e que não conseguiria ser uma profissional qualificada, tive a autoestima baixa e me sentia muito insegura em tudo". O assédio não é apenas um ataque físico ou verbal, ele também mina a capacidade da mulher de se enxergar como uma profissional competente, afetando sua autoestima e a validação pessoal.

A sensação de inadequação e culpa reflete a cultura de silenciamento e descredibilização das vítimas, que frequentemente se veem como responsáveis pelo que aconteceu. A insegurança gerada pode prejudicar a produtividade, a tomada de decisões e até levar ao abandono da profissão.

Esses relatos não apenas refletem consequências individuais, mas também evidenciam um problema estrutural no jornalismo: a violência de gênero como um obstáculo para a permanência de mulheres na profissão. O assédio não só traumatiza, mas também silencia, afasta e impede que muitas jornalistas alcancem seu potencial. Esse ciclo precisa ser quebrado por meio de políticas institucionais que protejam as vítimas, garantam investigações rigorosas e responsabilizem os agressores.

4.5.4 A Inversão da Punição: Vítimas Saem, Agressor(es) Ficam

Quando uma mulher pede demissão para escapar do ambiente hostil gerado pelo assédio, fica claro que as empresas não possuem estrutura adequada para lidar com esses casos. Em vez de garantir investigações apropriadas e penalizar os agressores, a saída das vítimas torna-se a única alternativa viável.

Essa inversão de punição favorece a perpetuação do problema, já que o agressor permanece no ambiente de trabalho sem qualquer consequência, podendo até repetir o comportamento com outras funcionárias. Além disso, a saída das vítimas contribui para a

desvalorização feminina no setor, já que menos mulheres ocupam posições de destaque dentro das empresas de comunicação.

A decisão de pedir demissão raramente é tomada sem sérias considerações. O assédio gera impactos emocionais profundos, como ansiedade, depressão, baixa autoestima e síndrome do impostor, fazendo com que a jornalista duvide de sua capacidade profissional, como fica evidente nos relatos expostos. Além disso, a necessidade de recomeçar em um ambiente de trabalho muitas vezes sem garantias de que será mais seguro gera insegurança e instabilidade financeira, particularmente em um mercado competitivo e, por vezes, desvalorizado como o jornalístico.

Quando a decisão de sair é tomada por medo de retaliações, isso se deve ao fato de muitas vítimas saberem que denunciar pode resultar em perseguições internas, isolamento da equipe e até dificuldades para conseguir novas oportunidades no mercado. Em um setor onde as redes de contato são fundamentais, ser vista como "problemática" pode ser um grande obstáculo para a recolocação profissional. Assim, a escolha de permanecer em silêncio e sair do trabalho torna-se uma forma de autoproteção, embora injusta e prejudicial.

As empresas precisam implementar canais seguros de denúncia, com garantias de anonimato e respaldo legal, além de oferecer suporte psicológico para as vítimas e aplicar punições efetivas contra os agressores. Treinamentos sobre assédio e ética profissional também são essenciais para mudar a cultura organizacional e evitar que casos como esses se repitam. A legislação trabalhista também deve ser mais eficaz na proteção das mulheres contra o assédio, garantindo que as vítimas não sejam as únicas a sofrer as consequências da violência.

A necessidade de as vítimas deixarem seus empregos para escapar do assédio reflete uma estrutura que ainda favorece os agressores e pune as vítimas. Para que essa realidade mude, é fundamental que empresas e o setor jornalístico como um todo se comprometam a criar ambientes mais seguros, onde as mulheres possam exercer sua profissão sem medo. O assédio não pode continuar sendo uma "barreira invisível" que impede o avanço das mulheres no jornalismo.

4.6 Impactos Apontados

Os dados apresentados evidenciam um cenário preocupante para o jornalismo em Imperatriz, com implicações tanto para as profissionais que atuam na área quanto para as empresas de comunicação. O alto número de casos de assédio, com 21 das 33 participantes afirmando ter sofrido assédio, a ausência de canais de denúncia e a necessidade de demissões

como única solução para as vítimas, indicam um ambiente profissional hostil. Este contexto não só compromete a permanência das mulheres na profissão, mas também enfraquece a qualidade do jornalismo local e a credibilidade das empresas de comunicação.

A precarização dos postos de trabalho para mulheres no jornalismo em Imperatriz é visível, com um mercado de trabalho jornalístico limitado, onde muitas profissionais migram para outras áreas da comunicação, como marketing e assessoria. O assédio surge como um fator adicional de instabilidade, levando as mulheres a abandonar não apenas seus empregos, mas também suas carreiras. Esse fenômeno reduz a diversidade no mercado de comunicação e impacta negativamente a produção de conteúdo informativo na cidade, tornando a mídia local menos representativa e plural.

A diminuição da presença feminina no mercado também afeta a cultura organizacional das empresas de comunicação, tornando-as mais propensas a perpetuar esses padrões. Quando as vítimas saem e os agressores permanecem, a mensagem transmitida é a de que o assédio não tem consequências, criando um ciclo de impunidade que desmotiva outras profissionais a ingressarem ou permanecerem na área.

Empresas que não combatem o assédio comprometem sua própria reputação. Em um ambiente cada vez mais conectado, onde denúncias podem ganhar grande repercussão rapidamente, veículos de comunicação que mantêm ambientes tóxicos correm o risco de perder credibilidade e anunciantes. O público está cada vez mais atento a questões de ética e responsabilidade social, e marcas associadas a práticas abusivas podem ser boicotadas ou publicamente questionadas.

Além disso, a alta rotatividade de funcionárias, resultante do assédio, prejudica a eficiência e inovação dentro das empresas. Jornalistas talentosas deixam seus cargos, levando consigo experiência e conhecimento, enquanto novos profissionais precisam ser constantemente treinados, gerando custos adicionais para os empregadores.

Os dados apresentados ressaltam a urgência de tratar o combate ao assédio como uma prioridade, tanto no meio jornalístico quanto em outras áreas da comunicação. As empresas precisam assumir a responsabilidade de criar ambientes seguros, com canais de denúncia eficazes, suporte psicológico para as vítimas e punições rigorosas para os agressores. Treinamentos sobre ética, respeito e combate ao assédio também são essenciais para mudar a cultura organizacional e evitar que novas profissionais enfrentem as mesmas situações.

No questionário, as jornalistas foram questionadas sobre as medidas que poderiam ser adotadas para inibir o assédio no mercado de trabalho. Entre as respostas, destacam-se

sugestões como: "trabalhar a conscientização da temática dentro das empresas, especialmente com os homens, além de promover campanhas e peças publicitárias para divulgar a questão tanto para os colaboradores internos quanto para o público externo", "ter um canal de denúncia", "implementar políticas claras contra o assédio" e "mais humanização nas empresas". Essas propostas indicam que o problema exige soluções institucionais e estruturais, que vão além das ações individuais das vítimas.

Além disso, é essencial que sindicatos, associações de jornalistas e outras entidades atuem para garantir que os direitos das mulheres sejam protegidos, permitindo que trabalhem sem medo. O assédio não pode ser um fator limitante para o crescimento do jornalismo em Imperatriz. Pelo contrário, combatê-lo é uma maneira de fortalecer o setor e garantir que a cidade tenha uma mídia mais ética, diversa e comprometida com a verdade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo compreender como as mulheres que atuam no mercado de comunicação em Imperatriz (MA) vivenciam e enfrentam situações de assédio nos ambientes de trabalho, analisando as formas, consequências, os desafios e as estratégias de enfrentamento que impactam suas trajetórias profissionais.

A questão central que orientou este estudo foi: as mulheres que atuam no mercado de comunicação em Imperatriz (MA) sofrem assédio? Se sim, de que tipo é esse assédio e quais são os impactos e as estratégias de enfrentamento utilizadas por elas? A pesquisa buscou responder a essa questão explorando o contexto local, a realidade das profissionais de comunicação e as formas pelas quais o assédio se manifesta e impacta suas trajetórias profissionais.

As sessões deste trabalho buscaram abordar o tema por diferentes ângulos. Na primeira, fizemos um esforço reflexivo para revisar estudos sobre a atuação da mulher no mercado de trabalho, com recorte para o mercado de comunicação, a partir de pesquisas acadêmicas. A segunda sessão focou no mapeamento em torno do conceito e das formas pelas quais o assédio se apresenta no contexto da sociedade contemporânea, com recorte específico para profissionais do mercado de comunicação. A terceira sessão apresentou o perfil das mulheres participantes da pesquisa, contextualizando suas experiências profissionais e educacionais, descrevendo as formas como o assédio aconteceu, identificando as principais fontes do abuso e as modalidades de assédio que as jornalistas enfrentam no ambiente de trabalho, e discutiu suas consequências.

Após a análise dos dados e das perspectivas apresentadas no questionário aplicado, é possível entender que o mercado de trabalho jornalístico em Imperatriz enfrenta um cenário preocupante, especialmente no que diz respeito ao assédio moral e sexual, uma realidade presente tanto para mulheres com mais tempo no setor quanto para aquelas que estão iniciando suas carreiras no jornalismo.

O assédio se configura como uma barreira estrutural, afetando não apenas a permanência dessas profissionais no mercado de trabalho, mas também sua saúde mental, autoestima e trajetória profissional. A falta de canais adequados para denúncias e a impunidade dos agressores agravam ainda mais a situação, levando muitas vítimas a optarem pela demissão como única alternativa para escapar da violência.

Além disso, a instabilidade do setor jornalístico, no contexto do mercado de comunicação na cidade, contribui para a vulnerabilidade dessas profissionais, tornando-as mais suscetíveis a ambientes de trabalho inseguros e relações de poder abusivas. Mulheres

negras, em especial, enfrentam uma sobrecarga adicional, lidando simultaneamente com o assédio, o racismo e o sexismo, o que as coloca em uma posição ainda mais desfavorável no mercado.

As narrativas coletadas durante a pesquisa deixam claro que a luta contra o assédio no mercado de comunicação em Imperatriz exige mudanças estruturais. As próprias jornalistas apontaram como soluções a implementação de políticas institucionais mais rigorosas, campanhas de conscientização, canais de denúncia eficazes e uma maior humanização nas empresas. Essas soluções mostram que a responsabilidade de transformar essa realidade não pode recair apenas sobre as vítimas, mas deve ser compartilhada por todos, especialmente pelas organizações.

O assédio é uma realidade recorrente no mercado de comunicação em Imperatriz, e as mulheres enfrentam sérios obstáculos para denunciar essas práticas devido à falta de suporte institucional. A pesquisa também revelou que o assédio tem consequências profundas para as vítimas, afetando sua saúde mental, autoestima e trajetória profissional.

Além disso, a ausência de canais eficazes de denúncia e a cultura de impunidade nas empresas de comunicação agravam o problema, criando um ambiente hostil e desfavorável para a permanência das mulheres na profissão. A pesquisa nos ensina que, para combater o assédio, é fundamental adotar políticas institucionais mais eficazes, incluindo a criação de canais de denúncia, suporte psicológico para as vítimas e a promoção de uma cultura organizacional mais inclusiva e igualitária.

No entanto, é importante reconhecer que este estudo representou apenas um esforço inicial sobre o tema, e algumas lacunas podem ter ficado no percurso da pesquisa. Acredita-se que o aprofundamento dessa temática em um nível de mestrado pode proporcionar uma compreensão mais ampla e uma reflexão mais aprofundada sobre o assédio no mercado de comunicação.

Pesquisar e escrever sobre os desafios enfrentados pelas mulheres na área da comunicação em Imperatriz, sendo uma mulher que mora aqui, torna-se um tanto quanto desafiador ao mesmo tempo em que torna-me mais próxima da realidade aqui enfrentada diariamente. Sabemos que ser mulher na sociedade em que vivemos, mesmo ela sendo contemporânea e um tanto quanto evoluída, ainda sim não exclui as mais diversas formas de assédio que acontecem no dia a dia.

Esta pesquisa vai para além de dados obtidos, ela é uma forma de contribuição não só para com a população imperatrizense mas para todas as pessoas, pois é um conteúdo que por mais que seja do estudo do gênero feminino, ainda assim, pessoas de todos os gêneros são

bem vindas para estar adquirindo tais conhecimentos sobre como o assédio pode influenciar negativamente na vida dessas profissionais da comunicação.

Ser uma mulher, que estuda comunicação como uma área que não só me abriu portas como também oportunidades de crescer enquanto profissional e pessoa. Realizar este estudo é ainda uma tentativa de, por mais que haja essas situações no mínimo desagradável, ainda assim é uma tentativa de trazer uma perspectiva da importância das mulheres dentro do mercado de trabalho e dentro da comunicação, e também para que assim possam seguir o que elas quiserem ser.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Janaina Lopes de; BUENO, Thaisa. Mulheres jornalistas em pauta: Estado da Arte sobre assédio moral e sexual no Brasil. Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, v. 6, n. 2, p. 153-170, 2019.

AMORIM, Janaina Lopes de. Mulheres jornalistas e o assédio no mercado de comunicação. In: Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo, v. 6, n. 2, p. 153-170, Jul/Dez, 2019.

ABRAJI. Gênero e Número: Mulheres no jornalismo brasileiro. 2017. Disponível em: http://www.mulheresnojornalismo.org.br/12901_GN_relatorioV4.pdf. Acesso em: 23 jun. 2019.

AYALA, Lucy. O compromisso das empresas à valorização da mulher. São Paulo: Instituto Ethos, 2004, 64 p. ISBN 85-88046-17-2. Disponível em: http://www.uniethos.org.br/_Uniethos/Documents/valoriz_mulher.pdf. Acesso em: 09 mar. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE JORNALISTAS INVESTIGATIVOS (Brasil). Gênero e Número: Mulheres no Jornalismo Brasileiro. 2021.

BRASIL. Constituição de 1988. Senado Federal - Normas Jurídicas em Texto Integral. Disponível em: <http://www.alep.pr.gov.br/system/files/corpo/Con1988br.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2012.

BRASIL. [Constituição Federal 1988]. artigo 7º, inciso XX. Dispõe sobre a proteção ao mercado de trabalho da mulher mediante incentivos específicos que estão expressos na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.

BOURDIEU, P. (1997). La esencia del neoliberalismo. *Revista Colombiana De Educación*, (35). <https://doi.org/10.17227/01203916.5426>.

BIROLI, Flávia. Mídia, tipificação e exercícios de poder: a reprodução dos estereótipos no discurso jornalístico. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 6, p.71-98, jul./dez. 2011.

CARNEIRO, Sueli. Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil. São Paulo: Selo Negro, 2011. Edição do Kindle. _____. Escritos de uma vida. São Paulo: Pólen Livros, 2019. Edição do Kindle.

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO. Art. 216-A. Delibera sobre constranger alguém com o intuito de obter vantagem ou favorecimento sexual, prevalecendo-se o agente da sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerentes ao exercício de emprego, cargo ou função.

CÓDIGO PENAL BRASILEIRO, a Lei nº 10.224, de 15 de maio de 2001. Dispõe sobre o crime de assédio sexual e dá outras providências.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA (Brasil). Diversas Formas de Assédio do Tribunal Regional do Trabalho da 6ª Região (TRT6, 2023).

CUNHA, Nathália. MULHERES NO FOTOJORNALISMO: Uma análise cultural da relação entre identidades de gênero e a prática do fotojornalismo na contemporaneidade. São Bernardo do Campo, 2017.

CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO. Assédio moral e sexual : previna-se / Conselho Nacional do Ministério Público. – Brasília : CNMP, 2016. 28 p. il
DOS SANTOS, Marli; PESSÔA TEMER, Ana Carolina Rocha. Jornalismo no feminino: a mulher jornalista, subjetividades e atuação profissional. Comunicação & Sociedade, v. 38, n. 3, 2016.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS (Brasil). 2023. Violência contra jornalistas e liberdade de imprensa no Brasil. Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2024/01/Relato%CC%81rio-da-Viole%CC%82ncia-2023.pdf>.

FERREIRA, Juliana de Campos; SANTOS, Simone Aparecida Soares; TOMÉ, Marta Fresneda. Mulher e o mercado de trabalho: uma revisão sobre os percursos da mulher no mercado do trabalho. Acesso em, v. 15, 2019.

FURLIN, Neiva. A categoria de gênero e o seu estatuto na produção do conhecimento: algumas considerações teóricas. Revista Sociais e Humanas, Santa Maria, v. 27, n. 2, p. 110-127, maio/ago. 2014.

GOLDENBERG, Mirian. De perto ninguém é normal: estudos sobre corpo, sexualidade, gênero e desvio na cultura brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Record, 2004. v. 1.

HECMAN, Meg. Where the women are: measuring female leadership in the new journalism ecology. Tese. Northeastern University, Boston, Massachusetts, dezembro de 2013. Disponível em https://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:HR3-EpQN9W0J:https://megheckman.files.wordpress.com/2014/04/heckman_thesis.pdf+%&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br. Acesso em 20 jan., 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (Brasil). 2012. Pesquisa sobre a disparidade salarial entre homens e mulheres.

MASSUCHIN, Michele Goulart; LIMA, Daniele Silva. MULHERES NA COMUNICAÇÃO EM CIDADE DE INTERIOR: GÊNERO NAS ROTINAS DE TRABALHO A PARTIR DE UM ETUDO DE CASO EM IMPERATRIZ (MA). Contemporânea: Revista de Comunicação e Cultura, v. 19, n. 2, 2021;

MELLO, Patrícia Campos. A máquina do ódio: Notas de uma repórter sobre fake news e violência digital. Companhia das Letras. 2020.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. Revista E M. Florianópolis: Bangraf, 2004, 70 p. ISSN 1678-152 x. Disponível em: <http://www.observatoriosocial.org.br/download/emrevista5.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. OIT. Convenção nº 190 de 2019. Reúne igualdade e não discriminação com a segurança e saúde no trabalho num único instrumento e coloca a dignidade humana e o respeito no seu centro.

PORTELA, Monique Ryba. Percepção do assédio moral e sexual contra mulheres jornalistas em Curitiba. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Paraná, 2018. Disponível em: <https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/56614>. Acesso em: 11 jun. 2019.

PROBST, Elisiana Renata. Evolução da Mulher no mercado de trabalho. 2007. Dissertações (Pós Graduação em Gestão Estratégica de Recursos Humanos) – Instituto Catarinense de Pós Graduação, Santa Catarina, 2007. Disponível em: <http://www.posuniasselvi.com.br/artigos/rev02-05.pdf>. Acesso em: 11 mar. 2012.

RIBEIRO, José Hamilton. Jornalistas: 1937 a 1997: história da imprensa de São Paulo vista pelos que batalham laudas (terminais), câmeras e microfones. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

VECCHIO-LIMA, Myrian Del; SOUZA, Humberto Cunha Alves de. Espaços alternativos na internet como formas de visibilizar as mulheres no jornalismo brasileiro. Media & Jornalismo, Portugal, v. 17, n. 31, p. 131-152, 2017. DOI: https://doi.org/10.14195/2183-5462_31_9.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Questionário da pesquisa via google formulário

Pesquisa “ Assédio no Mercado de Comunicação: A Perspectiva das Mulheres em Imperatriz (MA) ”

B *I* U ↻ ↗

Esta é uma pesquisa vinculada ao curso de Jornalismo do Centro de Ciências de Imperatriz (CCIM) da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) para a realização do trabalho de conclusão de curso (tcc) da graduanda Clara Teles, orientada pelo Prof. Dr. Ricardo Alvarenga.

O trabalho tem como intuito ouvir as jornalistas de Imperatriz, município do estado do Maranhão, e entender de onde parte o assédio contra as profissionais do jornalismo na cidade. O objetivo dessa pesquisa compreender como as mulheres que atuam no mercado de comunicação em Imperatriz vivenciam e enfrentam situações de assédio nos ambientes de trabalho, analisando as formas, consequências e os desafios que impactam suas trajetórias profissionais.

Ao prosseguir no questionário, você concorda com a participação na pesquisa. Informamos que todos os dados disponibilizados aqui, serão mantidos no mais completo anonimato. Sua identidade será protegida tanto no TCC quanto em publicações decorrentes dele. Os dados aqui expressos serão utilizados apenas pela pesquisadora.

Agradeço por sua disponibilidade e ajuda!

Estado civil *

- Casada
- Solteira
- Divorciada
- Outros...

Faixa etária

- 18 - 25
- 26 - 35
- 36 - 45
- 45 ou mais

Possui filhos? Se sim, quantos

Texto de resposta curta
.....

...

Qual sua cor/raça?

- Branca
- Parda
- Preta
- Indígena

Orientação Sexual

- Heterossexual: atração pelo sexo oposto.
- Homossexual: atração pelo mesmo sexo.
- Bissexual: atração por ambos.
- Assexual: atração por nenhum.
- Pansexual: atração por pessoas, independente de sexo
- Prefiro não responder
- Outros...

Identidade de gênero

- Cisgênero
- Transgênero
- Não-binário
- Prefiro não responder
- Outros...



Escolaridade/tempo de graduação

- Ensino superior completo
- Ensino superior incompleto
- Ensino superior em andamento

Cargo que ocupa

Texto de resposta curta
.....

Caso ocupe o cargo de chefia, você recebe função gratificada?

Texto de resposta curta
.....

Questões relacionadas ao mercado de trabalho e assédio

Descrição (opcional)

Há quanto tempo está no mercado de trabalho jornalístico?

Texto de resposta curta
.....

Já sofreu assédio no trabalho?

- Sim, já sofri
- Não, nunca sofri

A pessoa que assediou era:

- Homem
- Mulher

⋮

Que tipo de assédio você sofreu?

- Assédio sexual
- Assédio moral
- Outros...

Se sim, quem o praticou?

- Fontes
- Chefia
- Colegas de trabalho
- Outros...

Se sente à vontade de contar um pouco como foi a situação?

Texto de resposta longa
.....

Você contou com algum apoio para superar o trauma do assédio? De onde o apoio partiu?

Texto de resposta curta
.....

Como foi para você vivenciar uma situação de assédio?

Texto de resposta longa

Você considera a área jornalística machista?

- Sim
- Não
- Talvez

Sobre o seu trabalho, você considera que é um ambiente acolhedor para o debate de questões relacionadas ao machismo?

- Sim
- Não
- Talvez

Existe algum canal de denúncia para situações de assédio onde você trabalha?

- Sim
- Não

o que vc acha q poderia ser feito para inibir casos de assédio no mercado?

Texto de resposta longa

APÊNDICE B - Respostas obtidas

Pergunta 1 - Qual seu estado civil?

Estado civil	Quantidade de respostas
Casada	7
Solteira	26
Divorciada	0

Pergunta 2 - Qual sua idade?

faixa etária	Quantidade de respostas
18 - 25	22
26 - 35	8
36 - 45	2
46 ou mais	1

Pergunta 3 - Quantos filhos tem?

Quantos filhos	Quantidade de respostas
0	21
1	3
2	3
4	1

Pergunta 4 - Qual a sua raça?

Raça	Quantidade de Participantes
Branca	10
Parda	14
Preta	9
Indígena	0

Pergunta 5 - Qual a sua orientação sexual?

Orientação sexual	Quantidade de respostas
Heterossexual	24
Homossexual	0
Bisexual	2
Assexual	0
Panssexual	5
Prefiro não responder	2

Pergunta 6 - Como você se identifica?

Identidade de gênero	Quantidade de respostas
Cigênero	28
Transgênero	0
Não-binário	0
Prefere não responder	4

Pergunta 7 - Qual o nível de escolaridade?

Escolaridade	Quantidade de Participantes
Estudando	4
Estagiando	5
No mercado de trabalho	21

Pergunta 8 - Qual o cargo que ocupa?

Cargo Ocupado	Quantidade de Profissionais
Assessoria	5
Estagiária	5
Atendente publicitária	1
Assistente de marketing	3
Diretora criativa	1
Diretora de comunicação	1
Estudante	5

Jornalista	2
Repórter	2
Produção	1
Servidora pública	1
Social media	3

Pergunta 9 - Caso ocupe cargo de chefia, recebe função gratificada?

Resposta	Quantidade de participante
Não recebe função gratificada	5
Não entendeu a pergunta	1
Não ocupa cargo de chefia	2
Recebe função gratificada	2
Valor insignificante	1

Pergunta 10 - Quanto tempo no mercado de trabalho jornalístico?

Tempo de mercado	Quantidade de participante
1 ano ou menos	9
Entre 2 e 5 anos	11
Entre 6 e 15 anos	4
16 anos ou mais	2
Não entrou no mercado de trabalho ainda	3

Pergunta 11 - Já sofreu assédio no trabalho?

Resposta	Quantidade de participante
Sim	21
Não	12

Pergunta 12 - Gênero da pessoa que praticou

Gênero	Quantidade de participante
---------------	-----------------------------------

Homem	21
Mulher	0

Pergunta 13 - Qual o tipo de assédio?

Tipo de assédio	Quantidade de participante
Sexual	9
Moral	7
Ambos	5

Pergunta 14 - De onde partiu o assédio?

De onde partiu o assédio	Quantidade de participante
Fontes	3
Chefia	10
Colegas de trabalho	6
Todos	1
Clientes	1

Pergunta 15 - Se sente a vontade de contar um pouco como foi a situação?

Participante 1 - Durante um evento estávamos em uma sala com várias pessoas, quando meu então chefe pediu pra ler um texto que eu estava produzindo sobre o evento. Antes de mostrar o texto, expliquei que estava faltando a incio do mesmo, porque eu estava aguardando a confirmação de algumas informações. Quando ele terminou der ler, começou a gritar comigo, dizendo que eu estava fazendo corpo mole, que o texto não estava pronto, que por isso o pessoal da assessoria de comunicação mandava meus textos de volta, dizendo que não poderiam usar. Ele fez isso tudo na frente de outros funcionários e de pessoas que estavam na sala em busca de atendimento.

Participante 2 -Piadas, convites, olhares e até contato físico sem minha autorização.

Participante 3 -Já sofri assédio de fontes, que usaram meu número para mandar mensagem, de chefe, e de colega de trabalho. Em todos os casos foi comunicado ao dono da empresa e em todos os casos nenhuma atitude foi tomada.

Participante 4 -Eu levei o cliente até a recepção, o que não é minha função, mas faço em algumas ocasiões para ajudar as meninas da recepção. Quando ele se sentou eu perguntei se

ele precisava de alguma coisa, se aceitaria um copo de água e ele disse: Aceito um beijo, tem como?

Participante 5 -Sim, um ambiente tóxico, em que os estagiários não eram valorizados e o chefe muito explosivo e mal educado.

Participante 6 - Era muito nova, nem se falava de assédio, era tudo MT camuflado. Todas as empresas q passei, sofri assédio.

Participante 7 -Não.

Participante 8 -Siiim! trabalhava com a parte das redes sociais da empresa, porém fazia outras coisas na agencia de viagens. parentes da dona (seu sobrinho) e seu funcionário da adm davam em cima de mim abertamente (levando na brincadeira, como sempre), porém eu deixava claro que não estava confortável. chegou a, em momentos, ser abordada na cozinha (único local da agencia na qual não possuía câmeras) pelo sobrinho da dona, e claro, estávamos sozinhos, e ele chegou a pegar em minhas partes íntimas, mesmo eu me debatendo contra ele e forçando a me afastar.

Participante 9 - yep.

Participante 10 - Muitas situações, mas uma das piores foi a acusação de traição por ter pego carona com o DTV.

Participante 11 -Sempre sofro, pelo o meu corpo.

Participante 12 - Muitos elogios ao ponto de me senti constrangida.

Participante 13 - Acho que foi tão insignificante que não há necessidade de relatar. Coloquei ele no lugar dele.

Participante 14 - Em um evento da empresa, na confraternização dos colaboradores de final de ano, um colega de trabalho se ofereceu pra deixar eu e outras mulheres em casa. As outras mulheres eram mais velhas que eu e de cargos mais altos também. Confiei de aceitar a carona porque elas iam também, mas ele foi deixando uma a uma e eu fui ficando por último. Quando ele deixou a penúltima mulher, ele esperou só ela entrar dentro de casa e fechar o portão pra vir pra cima de mim. Começou a me beijar e passar a mão no meu corpo, logo o empurrei e disse não e então ele me deixou em casa. Fui o caminho todo tremendo de medo. Como era tarde da noite e estava longe da minha casa, fiquei com medo de descer lá mesmo, então permaneci no carro até que ele me deixou em casa. Foi uma situação traumatizante.

Participante 15 - O apresentador me responsabilizou ao vivo por um erro dele.

Participante 16 - Não meu sinto a vontade.

Participante 17 - Assédio moral por parte de um coordenador de jornalismo. Ele dizia que eu não escrevia bem. Tinha que produzir 2 reportagens por dia, mais 4 links. Ele fazia comparações com outras profissionais ao meu respeito. Entre outras situações.

Participante 18 - O assédio acontece diversas vezes, um toque não permitido, uma intimidade forçada, convites inapropriados, esse tipo de coisa se tornou até comum.

Participante 19 - Sim, a minha situação não chegou ao agravante pq pedi demissão. Então não é algo muito crítico.

Pergunta 16 - Você contou com algum apoio para superar o trauma do assédio? De onde o apoio partiu?

De onde partiu o apoio	Quantidade de participante
Colegas de profissão	2
Demissão	2
Não teve apoio	6
Parentes	1
Namorada	1
Amigos	3
Psicóloga	1
Professores da faculdade	1
Geral	1

Pergunta 17 - Como foi para você vivenciar uma situação de assédio?

Participante 1 - Horrível.

Participante 2 - Desconfortável.

Participante 3 - A princípio fiquei confusa, porque nunca tinha recebido nenhum tipo de reclamação por parte da assessoria quanto aos meus textos e com vergonha porque nunca tinha sido tratada daquela maneira em um ambiente de trabalho.

Participante 4 - Constrangedor.

Participante 5 - Traumático.

Participante 6 - Me senti constrangida, mas como foi muito rápido passou. Mas me senti exposta de alguma forma porque em nenhum momento eu dei espaço para isso.

Participante 7 - Péssimo, me sentir uma pessoa ruim e que não conseguiria ser uma profissional qualificada, tive a autoestima baixa e me sentia muito insegura em tudo.

Participante 8 - O reflexo de tudo isso me tornou uma pessoa fechada p falar tudo q envolve sexo.

Participante 9 - Me senti completamente violada.

Participante 10 - É horroroso ter que passar por esse tipo de coisa, e nosso cérebro está programado par arranjar justificativas sobre o que ocorre, então é uma ferida que infelizmente fica aberta o tempo todo.

Participante 11 - Foram vários sentimentos diferentes nessa situação, foi inesperada, desgastante, injusta, triste, desmotivadora, preocupante, traz impotência, revolta, um pouco de choque talvez.

Participante 12 - Por ser mulher, a vulnerabilidade é bem maior.

Participante 13 - Foi traumático

Participante 14 - No momento fiquei sem acreditar e só entendi que era assédio momentos depois.

Participante 15 - Foi horrível, até agora não superei.

Participante 16 - Difícil, ainda é.

Participante 17 - Sempre é desconfortável, constrangedor e desmotivador.

Participante 18 - Raiva.

Pergunta 18 - Você considera a área jornalística machista?

Resposta	Quantidade de participante
Sim	22
Não	0
Talvez	10

Pergunta 19 - Você considera o seu trabalho um ambiente acolhedor para o debate de questões relacionadas ao machismo?

Resposta	Quantidade de participante
Sim	9
Não	14
Talvez	5

Pergunta 20 - Existe algum canal de denúncia onde você trabalha?

Resposta	Quantidade de participante
Sim	6
Não	21

Pergunta 21 - O que você acha que poderia ser feito para inibir os casos de assédio no mercado?

Participante 1 - Um maior entendimento dentro dos próprios veículos de trabalho, para que possam entender que todos são profissionais.

Participante 2 - Trabalhar a conscientização da temática dentro das empresas, especialmente com os homens. Além de promover campanhas e peças publicitárias para divulgar aos colaboradores internos e ao público externo.

Participante 3 - Investir em informação para homens e mulheres.

Participante 4 - Ter um canal de denúncia e efetivamente ser feito algo contra.

Participante 5 - Não colocar com os casos quando acontecer é um grande passo e sempre dar apoio à vítima.

Participante 6 - Implementar políticas claras contra o assédio sexual e moral, incluindo definições claras do que constitui assédio e as consequências para os agressores.

Participante 7 - Acredito que uma divulgação mais avançada em relação ao assédio no trabalho, acho uma pauta não tanto falada e também algum canal de acolhimento para esses colaboradores denunciarem e se sentirem seguros.

Participante 8 - Várias ações.

Participante 9 - Apoio dentro das instituições para que o agressor seja , verdadeiramente, punido e afastado do cargo.

Participante 10 - Ter um canal para que as mulheres possam fazer as denúncias.

Participante 11 - Mais humanização nas empresas, e em principal, um próprio sistema de defesa das mulheres de cada ambiente corporativo que há na sociedade.

Participante 12 - Não ter homens! mas infelizmente é impossível. acho que é algo muito estrutural e o mercado de trabalho é só mais uma janela do que acontece na sociedade em si. mas principalmente informação e informação contínua. reforçar canais de denúncia, deixar claro que é assédio e a gravidade disso.

Participante 13 - Encorajar as mulheres a se imporem e em caso de assédio, denunciar.

Participante 14 - A possibilidade de respeito, não é pela roupa ou jeito da mulher, é pelo o cara ser mau caráter.

Participante 15 - Os próprios assediadores se auto conscientizarem. E as punições fossem mais severas.

Participante 16 - Aumentar a rigorosidade das penalidades.

Participante 17 - Políticas mais firmes para evitar esses casos, bem como portais de denúncia

Participante 18 - Acho que deveria ser mais debatida a questão do machismo no mercado jornalístico.

Participante 19 - Deveria ter um ajuda psicológica nas próprias empresas.

Participante 20 - As empresas serem mais abertas ao debate, possuírem um canal seguro para que as mulheres possam contar e punição devida a quem comete.

Participante 21 - Um sindicato ativo na cidade. Uma rede do grupo de jornalistas.